

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS MODERNAS**

Raíssa Gabriella Wasem Cardoso

***Cidadã de Segunda Classe: as percepções de uma nigeriana analisadas pelo
viés do pós-colonialismo***

**PORTO ALEGRE
2021/2**

RAÍSSA GABRIELLA WASEM CARDOSO

Cidadã de Segunda Classe: as percepções de uma nigeriana analisadas pelo viés do pós-colonialismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Sirangelo Maggio

Porto Alegre,
13 de maio de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos Bulhões

VICE-REITORA

Patrícia Pranke

DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Carmen Luci da Costa Silva

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Márcia Montenegro Velho

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Fabiana Hennies Brigidi

CIP - Catalogação na Publicação

Cardoso, Raíssa Gabriella Wasem
Cidadã de Segunda Classe: as percepções de uma
nigeriana analisadas pelo viés do pós-colonialismo /
Raíssa Gabriella Wasem Cardoso. -- 2022.
51 f.
Orientadora: Sandra Sirangelo Maggio.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e
Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e
Literaturas de Língua Inglesa, Porto Alegre, BR-RS,
2022.

1. Literatura Nigeriana. 2. Literaturas de língua
inglesa. 3. Pós-colonialismo. 4. Buchi Emecheta. 5.
Spivak. I. Maggio, Sandra Sirangelo, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAÍSSA GABRIELLA WASEM CARDOSO

Cidadã de Segunda Classe: as percepções de uma nigeriana analisadas pelo viés do pós-colonialismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 13 de maio de 2022.

Resultado: Aprovada com conceito A

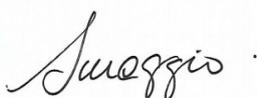
BANCA EXAMINADORA:



Profª. Dra. Deborah Mondadori Simionato
Doutora em Letras pelo PPG Letras UFRGS



Profª. Natália Pacheco Silveira
Mestranda pelo PPG Letras UFRGS



Profª. Dra. Sandra Sirangelo Maggio (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa a quem preciso agradecer é meu pai. Foi ele quem sempre me incentivou a estudar, me incentivou a entrar em na Universidade, independente de qual fosse o curso que eu escolhesse. Mesmo nos piores momentos ele prezou pela minha educação e me pôs em primeiro lugar. Obrigada por todo o apoio, pai. Dito isso, agradeço também a minha mãe e a minha irmã por fazerem parte da rede de apoio que me manteve firme e forte dentro da graduação e por terem me ajudado na medida do que foi possível.

Além disso, agradeço a todas as minhas amigas que estiveram presentes nestes últimos cinco anos, tanto nos momentos difíceis quanto nos de alegria. Alícia, Mariane e Vanessa, agradeço a vocês por todos esses anos de amizade, por todo o apoio e carinho que vocês me deram, e principalmente por me ouvirem quando precisei. Jonas, obrigada por ser minha dupla durante a graduação e me aturar por tanto tempo, foi maravilhoso. Thomaz, obrigada pelos últimos dois anos de amizade e por todo o apoio durante a escrita do TCC, foi essencial para eu me manter sã. Aos meus outros amigos da faculdade, vocês são maravilhosos e fico muito feliz de ter vocês presentes durante este longo percurso.

Por fim, agradeço do fundo do meu coração à professora Sandra, que acreditou em mim e no meu trabalho, e foi tão compreensiva e paciente comigo. Também agradeço à professora Rute, minha orientadora da Iniciação Científica, por ter me dado a oportunidade de trabalhar com pesquisa e crescer como pesquisadora dentro da universidade; este foi um passo muito importante para que eu chegasse até aqui.

APOIO DE FINANCIAMENTO EM PROGRAMA DE ENSINO

Meus estudos durante o período de graduação, bem como o presente trabalho, contaram com o apoio financeiro parcial do Programa de Monitorias da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROGRAD UFRGS). / *This study was financed in part by the* Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROGRAD UFRGS).

APOIO DE FINANCIAMENTO EM PROGRAMAS DE PESQUISA

Meus estudos durante o período de graduação, bem como o presente trabalho, contaram com o apoio financeiro parcial do Programa de Iniciação Científica BIC/UFRGS e PROBIC/FAPERGS-UFRGS (CAPES) / *This study was financed in part by the* Pró-reitoria de Pesquisa da UFRGS *and by the* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Escolher escrever é rejeitar o silêncio.

Chimamanda Ngozi Adichie, "Freedom to Write"

RESUMO

A presente monografia analisa o romance *Cidadã de Segunda Classe* [Second Class Citizen] da escritora nigeriana Buchi Emecheta, publicado em 1974. A obra aborda a vida de Adah, uma mulher nigeriana que, quando jovem, busca melhores condições para si, e que, depois de adulta, quer o mesmo para os seus cinco filhos. Após lutar contra os preceitos do seu povo e da família de seu marido, ela consegue migrar com os filhos de Lagos para Londres, onde o esposo está estudando, na esperança de uma vida melhor. Lá, a personagem se confronta com o racismo e conhece as dificuldades enfrentadas pelos novos cidadãos em um país que ainda retém vários traços imperialistas. A análise aqui feita do romance se apoia predominantemente em ideias propostas pela teórica pós-colonialista e feminista Gayatri Chakravorty Spivak no seu livro *Pode o Subalterno Falar?* [Can the Subaltern Speak?]. O foco da pesquisa recai sobre as percepções da protagonista ao comparar as sociedades nigeriana e inglesa. Ao relacionar as impressões de Adah com a teoria de Spivak sobre Subalternidade, busca-se identificar o processo através do qual o indivíduo feminino proveniente de um país colonizado passa a se conhecer e a se expressar através da literatura. Sabe-se que a contemplação do ponto de vista dos povos subalternizados no continente africano, por parte da elite letrada, é recente. Por isso, ao final desta pesquisa, busca-se compreender se, como, ou até que ponto o sujeito subalterno feminino pode se encontrar e erguer sua voz por meio da literatura. Contudo, mesmo após esse processo ocorrer, corre-se o risco de a voz encontrada ainda assim ser ignorada ou abafada, e suas reivindicações esquecidas. Daí a importância de esses textos serem estudados e divulgados por pesquisadores e introduzidos ou reintroduzidos em academia e escolas.

Palavras-chave: Literaturas de língua inglesa. Literatura nigeriana. Buchi Emecheta. Pós-colonialismo. Subalternidade. Gayatri Spivak.

ABSTRACT

This monograph analyzes the novel *Second Class Citizen*, written by the Nigerian writer Buchi Emecheta and published in 1974. The protagonist in the novel is Adah's life, a Nigerian woman who, when young, searches for better conditions for herself. When she reaches adulthood, Adah wants the same for her five children. After fighting against the prejudice of her people and her husband's family, she decides to migrate with her children from Lagos to London (where her husband is studying), in the hope of a better life. There, the character is confronted with racism and learns the difficulties that new citizens encounter in a country that still retains several imperialist traits. The analysis here made of the novel relies predominantly on ideas proposed by the Post-colonialist and Feminist theorist Gayatri Chakravorty Spivak in her book *Can the Subaltern Speak?* The reading here provided focuses on the protagonist's perspectives as she compares Nigerian and English societies. When we relate Adah's impressions to Spivak's theory about Subalternity, we can identify the process a female individual from a colonized country goes through as she strives to understand things and to express herself throughout literature. The contemplation of the African subaltern people's point of view by the literate elite is a relatively recent event. Therefore, at the end of this research, we aim to understand if, how, or to what point the subaltern female subject can find and raise her voice through literature. However, even after this process is accomplished, there are chances that this voice found may be ignored or repressed, and that her claims may be forgotten. Hence, the more important it becomes to research and study about such texts, and disseminate them, as well as to introduce or reintroduce them in schools and academic environments.

Keywords: Literatures in English. Nigerian literature in English. Buchi Emecheta. Post-Colonialism. Subalternity. Gayatri Spivak.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A OBRA E SEU CONTEXTO.....	14
1.1 <i>Cidadã de Segunda Classe</i>.....	14
1.1.1 Sobre a autora.....	14
1.1.2 Sobre a obra.....	17
1.2 Sobre Subalternidade.....	21
1.2.1 O conceito de subalternidade, por Spivak.....	21
1.2.2 Outros adendos teóricos.....	26
2. DA NIGÉRIA PARA A INGLATERRA.....	28
2.1 Na Nigéria.....	28
2.1.1 Percepções de gênero.....	28
2.1.2 Buscando alternativas.....	32
2.2 Na Inglaterra.....	33
2.2.1 A subalternização do Outro pela raça.....	34
2.2.2 A subalternização do Outro pelo gênero.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE.....	51

INTRODUÇÃO

Se estendendo por mais de quatro séculos, o colonialismo europeu atingiu mais de três quartos da população mundial, mostrando-se um assunto relevante para definir acontecimentos no passado e presente. Assim, são muitos os relatos e documentos que apontam as consequências deste período, e um percentual importante desses documentos se encontra no formato literário. Ashcroft et al. (2002) explicam que a literatura oferece um dos mais importantes e poderosos meios de registro das experiências e percepções dos povos colonizados. Desta forma, é compreensível quando, após as independências dos países africanos na metade do século XX, inicia-se um processo literário onde surgem relatos nos quais o colonizado expressa e descreve sua experiência, ao se desprender da dominação europeia. O ponto de partida desse movimento se dá pela necessidade dos literatos africanos de reivindicarem sua própria identidade, como explica Côrtes (2020), opondo-se à literatura ocidentalizada produzida enquanto os países eram colônias. Conforme explica Bonnici, “o desenvolvimento de literaturas dos povos colonizados deu-se como uma imitação servil a padrões europeus, atrelada a uma teoria literária unívoca, essencialista e universalista” (BONNICI, 1998, p. 8).

Isso posto, este movimento intensifica o que entendemos como pós-colonialismo. Nesse sentido, como Ashcroft et al. expressam, pós-colonialismo não é necessariamente apenas aquilo que ocorre após a partida do poder imperial, mas engloba todos os efeitos causados desde o momento da colonização até o momento atual (ASHCROFT et al., 2002, p. 1-2). Tendo isso em mente, a literatura pós-colonial emerge, segundo os autores, da experiência da colonização e por meio da enfatização da realidade cultural, em contraponto aos pressupostos criados pelo colonizador. Contudo, mesmo o campo da literatura pós-colonial inicialmente privilegiava os discursos produzidos por escritores homens. Segundo Wilson (1997), a lenta ascensão feminina ao universo literário pode ser atribuída principalmente ao antigo privilégio masculino de acesso à educação formal.

Tratando-se dessa área, ainda é interessante discutirmos como de forma geral a voz desse “Outro” colonizado foi e é ignorada. Spivak (2010), em seu texto *Pode o Subalterno Falar?* [Can the Subaltern Speak?], dialoga com as ideias de Derrida para assim argumentar que é contraditória a tentativa dos intelectuais europeus de explicarem o mundo,

principalmente os povos colonizados, utilizando como parâmetro o ponto de vista europeu. Dessa forma, a autora coloca em foco as posições subalternizadas criadas dentro do mecanismo imperial, onde a mulher não-branca se encontra em uma posição sem direito a voz. É nessa premissa que este trabalho se apoia.

O livro *Cidadã de Segunda Classe* traz a perspectiva de uma subalternizada, a personagem Adah, cujos pensamentos e ideias são registrados nesta obra literária, que mostra o processo em que a personagem forma e encontra sua própria voz, e procura fazer com que essa voz seja ouvida. É notório que a autora Buchi Emecheta utiliza fatos de sua vida como material para a escrita de seus livros, pois já esteve no mesmo papel que Adah ocupa no romance. Emecheta confrontou as expectativas sociais e buscou seu próprio caminho como mulher, como é possível comprovar no subcapítulo dedicado a sua biografia. Entretanto, o foco desta monografia se atém à análise da obra, sem estabelecer correlações entre a personagem e a autora. Ainda sobre o romance analisado, é pertinente ressaltar que, à medida em que o texto for analisado, as referências ao “narrador” serão feitas no feminino. Esta escolha foi feita porque a autora da monografia não acredita que seja apropriado propor uma voz “masculina” narrando um texto que é tão claramente feminino.

Visto isso, este trabalho pretende analisar a trajetória e as percepções da personagem Adah como mulher nigeriana imigrante inserida em um contexto pós-colonial na Inglaterra. A escolha desta temática se deu, em um primeiro momento, devido ao contato que a autora teve com as literaturas Africanas de Língua Portuguesa no primeiro semestre do curso de Letras, momento em que se ampliaram os horizontes e o repertório de leituras **desta**. O primeiro contato com o romance que constitui o corpus da presente pesquisa se deu como uma leitura ocasional feita na Feira do Livro da UFRGS. O desejo de investigar as questões ali apresentadas vem do seu conteúdo e valor. Ainda, em um segundo momento, a autora se interessou pela temática do pós-colonialismo, quando, por acaso, lia o romance aqui analisado e cursava a disciplina de Teoria Literária II, onde estudou o texto de Spivak. Após isso e por outras razões, se aprofundou um pouco mais no assunto, resultando na decisão de utilizar esses textos para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

É pertinente ainda levantar alguns pontos. Primeiramente, entende-se que a análise aqui feita por meio da teoria pós-colonial é realizada a partir do ponto de vista da autora, embasada predominantemente por trabalhos e teorias de pessoas não-brancas e/ou que já

foram subalternizadas ou consideradas de segunda classe. Isso ocorre principalmente pelo fato de a autora ser uma mulher branca que não possui vivência no assunto e que não poderia falar em momento algum com propriedade por pessoas não-brancas. Dessa forma, é apropriado tratar brevemente da temática do lugar de fala. Ribeiro (2017) expõe em sua obra *O que é Lugar de Fala?* que o debate não deve ficar restrito apenas às vítimas, pois assim não alcançaria as estruturas de poder. Por isso, ela ressalta que a problematização deve se estender além, para que mulheres brancas, ao falarem, por exemplo, sobre racismo, entendam e se responsabilizem sobre suas ações e privilégios que ajudem na manutenção da subalternização. Contudo, ao tratar da temática, esta mulher branca deve ter em mente que o protagonismo na luta é da mulher que é atingida pelo racismo. Sendo assim, este trabalho, além de ter como objetivo ser um local de “escuta” do texto, apontando o posicionamento e perspectivas da personagem, também busca fazer uso desse lugar de fala, onde a mulher branca discorre sobre o assunto, mas se embasando em teóricas que têm mais aquiescência sobre a temática.

Ainda, ao que concerne à teoria aqui utilizada para analisar o romance, é importante mencionar que, na medida do possível, serão trazidas outras teóricas aquém a Spivak, principalmente no que diz respeito à análise do lugar ao qual a mulher negra é inserida na sociedade, visto que não existe apenas um tipo de feminismo, principalmente quando falamos da diversidade de corpos presentes no mundo. Sendo assim, a autora pretende ainda embasar-se em autoras do feminismo negro africano para explicar e exemplificar a visão de mundo da personagem Adah, na medida em que a teoria feminista como espectro e pauta única não seria adequado, principalmente em respeito à autora do corpus primário, Buchi Emecheta, que deixa clara a sua visão sobre as discrepâncias percebidas entre o Feminismo generalizado e pautado por mulheres brancas de países desenvolvidos e a realidade das mulheres negras de países africanos, e também pela percepção da autora deste trabalho, que percebe de dentro do seu local essas mesmas discrepâncias por um viés mais distante.

Dessarte, este trabalho será dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo se subdivide em duas seções. A primeira apresenta a autora e a obra, apontando o caminho percorrido pela personagem Adah, da ex-colônia Nigéria para a ex-colonizadora Inglaterra. A segunda seção introduz o conceito de subalternidade, a partir do texto *Pode o Subalterno Falar*, de Gayatri Spivak. Já o segundo capítulo traz a análise da personagem Adah a partir de

suas vivências em dois pontos geográficos, a Nigéria e a Inglaterra, e de sua percepção sobre o impacto de fatores como raça e gênero em diferentes momentos e situações.

1. A OBRA E SEU CONTEXTO

1.1. *Cidadã de Segunda Classe*

1.1.1. Sobre a autora

Ao contrário de suas contemporâneas que focaram muito mais nas relações dentro da Nigéria, Buchi Emecheta nasceu em julho de 1944 e escreveu histórias do ponto de vista de nigerianos migrados para o Reino Unido, de acordo com Wilson (1997). Ademais, sempre relacionando e trazendo a temática do papel de gênero e as dificuldades pelas quais as mulheres passam, além de também tratar das questões relacionados ao preconceito de raça, segundo artigo publicado no British Council. Ainda, é válido ressaltar que muito do trabalho da autora é baseado em sua vida e experiência., e apesar de ser um viés interessante de análise, o presente trabalho não foca nisto, mas considera a visão da autora também em relação aos acontecimentos similares da sua vida e da vida de sua personagem

Contudo, mesmo tratando desses assuntos, Emecheta nunca se considerou uma feminista, a autora fala em seu texto “*A Nigerian Writer Living in London*” que: “eu não comecei como uma feminista, não penso que agora eu seja uma”¹ (EMECHETA, 1982 p.116); em seguida ela ainda explica que quando conversou com Feministas com F maiúsculo percebeu que as mulheres africanas têm um longo percurso antes de chegar nas mesmas reivindicações que estas mulheres. Posteriormente, ainda diz que caso queiram chamá-la de feminista por defender o que ela defende, ela então é uma feminista, mas:

Independentemente do que eles pensam, não me impediria de escrever sobre o que vejo, e como me sinto – que o casamento não deveria ser a única carreira deixada para a mulher, deveria ser uma das carreiras; e que se isto falhar, a mulher não deveria ser rotulada como uma falha social e ser rejeitada pelo seu povo e o povo dele [marido]; que no casamento, ninguém tem o direito de ser dono do outro a tal ponto que um se torna a sombra oscilante do chefe da família; que eu gostaria de ver os serviços sociais desenvolvidos, e que mães deveriam receber a chamada “Pensão Familiar” na Grã-Bretanha. Eu não sei se eu teria conseguido criar meus filhos sem o pouco benefício social que recebi. Eu também sinto que as mulheres deveriam ser economicamente independentes para não precisarem sufocar seus filhos com responsabilidades, e tantas que seus filhos não consigam desenvolver completamente seu potencial. (EMECHETA, 1982, p.117)²

1 Tradução minha do original: “I did not start as a feminist. I do not think I am one now”;

2 Tradução minha do original: “[...] Whatever they think, would not deter me from writing about what I see, and how I feel – that marriage should not be the only career left to women, it should be one of the careers; and that if it fails, the woman should not be labelled a social failure and be rejected by her people and his people; that in

Nesse trecho, é possível ver com mais detalhamento o que a autora aborda em sua obra, incluindo o texto analisado neste trabalho. Emecheta diz ainda em sua fala intitulada “*Feminist with a small ‘f!’*”, durante a Segunda Conferência de Escritores Africanos (1988), que as mulheres negras deveriam ter mais opções para serem quem desejarem, independentemente de quais escolhas elas façam:

Deveriam haver mais opções para mulheres, certamente as mulheres que desejam ser como Geraldine Ferraro deveriam ser permitidas. Nós precisamos mais do tipo dela, especialmente entre mulheres negras. Nós precisamos de mais Golda Meirs, nós precisamos de mais Indira Gandhis, nós até precisamos de mais Margaret Thatchers. Mas aquelas que desejam controlar e influenciar o futuro ao dar à luz e nutrir os jovens não devem ser desprezadas. Não é um trabalho degradante. (EMECHETA, 1986)³

Já sobre sua vida pessoal, Emecheta nasceu em Lagos, na Nigéria, filha de um casal da etnia igbo que, mais tarde, veio a ter um filho homem. Assim, durante o período inicial de sua vida, devido às questões de gênero presentes em sua vila, Emecheta foi preterida em relação a seu irmão, que foi enviado para a escola antes dela. Contudo, não muito tempo depois, Emecheta persuadiu seus pais sobre os benefícios de frequentar a escola e ingressou no ensino regular, primeiramente na escola Ladilak e posteriormente na Reagan Memorial Batista, uma escola apenas para garotas. Aos nove anos, a autora perdeu o pai e, devido à cultura da sua tribo e pela impossibilidade de sua mãe sustentar a família, foi enviada para viver com o primo de sua mãe em Lagos, enquanto a mãe foi casada com o irmão do falecido marido. Um ano depois disso, ela consegue uma bolsa para estudar na Escola *Secundária de Meninas Metodista*, onde estudou até os 16 anos.

Todavia, seu sonho de dar continuidade aos estudos na Universidade de Ibadan foram interrompidos. Emecheta havia sido prometida em casamento a Sylvester Onwordi aos 11 anos, e quando completou o período de ensino teve que se casar com ele. Nos anos seguintes, eles tiveram juntos quatro filhos. Algum tempo após o matrimônio e antes do quarto filho,

marriage, no one has the right to own the other to such an extent that one becomes the nodding shadow of the head of the family; that I would like to see social services developed, and that mothers should be given what is called 'Family Allowance' in Britain. I don't know if I could have raised my children without the little social benefit I received. I also felt that women should be economically independent so that they do not have to choke their growing children with responsibility, so much so that the children are not able to develop to their full potentiality”.

3 Tradução minha do original: “There should be more choices for women, certainly women who wish to be like Geraldine Ferraro should be allowed to be so. We need more of her type, especially among the black women. We need more Golda Meirs, we need more Indira Gandhis, we even need more Margaret Thatchers. But those who wish to control and influence the future by giving birth and nurturing the young should not be looked down upon. It is not a degrading job”.

Sylvester se mudou para a Inglaterra para estudar, enquanto Emecheta permaneceu em Lagos trabalhando na embaixada dos Estados Unidos por mais dois anos para sustentar sua família. Em 1962, Emecheta se muda para Londres com os filhos para se unir ao marido, onde eles concebem seu quinto filho.

Já em Londres, ela inicia uma carreira como bibliotecária do Museu Britânico e lá, em seu tempo livre, ela inicia a escrita do seu primeiro livro — que posteriormente foi queimado pelo marido, momento que pode ser considerado decisivo para a separação do casal após anos de infelicidade, em 1966. Após a separação, Emecheta inicia os estudos na área de sociologia na Universidade de Londres, onde em 1974 se gradua com honras. Apenas após um amigo sugerir o envio de suas “*Observations of London Poor*” para uma revista chamada *New Stasteman*, pois lá havia um novo inglês louco comandando o local (EMECHETA, 1981 p. 119) que poderia se interessar e publicar a sua obra, que ela conseguiu publicar seu texto em partes. Posteriormente, em 1972, o texto é publicado no formato de livro, assumindo de vez o nome *In the Ditch* (até o momento de escrita desta monografia, sem tradução para o Brasil), o que não foi fácil, visto que Emecheta enviou manuscritos para agências durante quatro anos, até decidir mudar tudo na sua forma de escrever e tratar sobre o que via no seu dia a dia. Foi esse o livro que a fez ter um pouco de fama, e foi ele também que tirou ela e muitos de seus vizinhos do gueto chamado *Pussy Cat Mansions*, pois ele exibiu a pobreza e degradação do local e todos os moradores foram realocados para locais melhores. Emecheta, ao contar isso em seu texto *That First Novel*, diz que: “talvez haja alguma verdade no que eles dizem, que uma caneta é mais poderosa que uma espada. E que a caneta viria de uma jovem mulher africana, para quem o inglês não é a primeira língua, nem segunda, mas quarta língua, foi algo” (EMECHETA, 1981, p.121, tradução minha)⁴, o que mostra como esse livro foi um marco na carreira dela e na vida de tantos outros. A posteriori, suas obras se tornaram conhecidas e ela iniciou uma carreira como professora em diversas universidades pelo mundo. Em 2010, a escritora, já mundialmente conhecida, sofre um derrame, e vem a óbito na sua casa em Londres sete anos depois.

Seu segundo livro, *Cidadã de Segunda Classe* [*Second Class Citizen*] (1974), é a obra estudada neste trabalho, uma das muitas obras onde essa extraordinária autora defende os direitos de meninas e mulheres. No próximo subcapítulo é apresentado um breve resumo do

4 Maybe there is some truth in what they say, that the pen is mightier than the sword. And that the pen should come from a young African woman, for whom English is not her first, or second, but fourth language, was something”.

livro, que se relaciona com a história de vida de Emecheta, como a própria autora relata em sua biografia, principalmente porque, como a própria autora explica, ela escreve sobre aquilo que presenciou e experienciou, como ela mesma enfatiza dentro de sua autobiografia: “[o texto foi] baseado no que vi e experienciei na minha parte da África” (EMECHETA, 1982 p. 117)⁵.

1.1.2 Sobre a obra

Cidadã de Segunda Classe (Second Class Citizen) foi publicada primeiramente em 1974, em Londres, pela editora Allison and Busby. No ano seguinte, foi publicada também nos Estados Unidos, pela editora George Brazillier. Harris (1975) declara, em uma das críticas literárias publicadas na época sobre o livro, que a obra foi como uma revelação ao considerarmos a vida de mulheres negras na Grã-Bretanha:

Das dezenas de livros sobre raça e comunidades negras na Grã-Bretanha que apareceram durante os anos 1960 e início dos anos 1970, a grande maioria é escrita por acadêmicos brancos preocupados com a relação entre a sociedade branca e os 'imigrantes' negros. Poucos relatos surgiram daqueles que sofreram com o racismo ou o liberalismo britânico a partir da sua própria experiência como pessoa negra. Sobre a situação específica das mulheres negras não há quase nada. *Cidadão de Segunda Classe* é, portanto, uma revelação. (HARRIS, 1975, p.433, tradução minha)⁶

Como levantado por Harris, *Cidadã de Segunda Classe* aborda a vida de Adah, uma mulher negra nigeriana que, desde muito cedo, sonhou em morar em Londres. Adah foi a primeira filha de um casal igbo e, por tradição, a família esperava que aquela primeira gravidez fosse de um menino. Posteriormente, o casal tem mais um filho, dessa vez do sexo masculino, chamado Boy. Dessa forma, a família pretere sua filha, legando ao homem a educação. De fato, isso não dura muito tempo, e Adah aos oito anos, em uma tarde em que não tinha nada para fazer, decide que irá para a escola, e assim o faz sem permissão dos pais ou mesmo qualquer aviso — o que gera muitos problemas para a sua mãe. Por conta da atitude persistente da filha, o pai decide deixá-la frequentar a escola.

5 Tradução minha do original: “based upon what I have seen and experienced in my part of Africa”.

6 Tradução minha do original “Of the scores of books about race and black communities in Britain that had appeared during the 1960s and early 1970s, the great majority are written by white academic ultimately concerned with the relationship between white society and black 'immigrants'. Few accounts have emerged from those on the receiving end of British racism or liberalism of their own black experience. On the specific situation of black women there is almost nothing. *Second Class Citizen* is therefore something of a revelation”. (HARRIS, 1975 p.433)

Infelizmente, após a garota completar nove anos, seu pai falece e a família é desfeita. A mãe é herdada pelo irmão do marido, Boy vai viver com os primos do pai e herda todas as finanças da família, e Adah é mandada para a casa de um primo de sua mãe onde trabalha como doméstica. Apesar de se tratar de uma instituição de ensino de nível inferior, a família escolhe manter a garota na escola, pois assim seu dote quando chegar a hora será maior. É nessa escola que a personagem decide tentar uma bolsa de estudos no Ginásio Metodista para Meninas para que possa se manter na escola o máximo de tempo possível, é por meio desta bolsa que ela permanece mais cinco anos estudando até se formar aos 17 anos. Após isso, pela lei, ela precisa de uma casa para poder cursar uma universidade, e por não ter nenhum parente interessado nela, Adah decide se casar.

Dessa forma, ela se casa com Francis, “um rapaz tranquilo, que cursava contabilidade” (EMECHETA, p. 35). Ao contrário do que a família de Adah esperava, o marido não tem as 500 libras do dote para pagar — um dote caro por ela ser uma noiva com formação escolar. Devido a isso, a família de Adah não comparece ao seu casamento. Após o casamento, Adah faz diversas entrevistas e consegue um emprego na Biblioteca do Consulado Americano, o qual tem que ser aprovado pelo patriarca da família e pai de Francis, por o salário ser três vezes maior do que o de Francis. Isto não é um problema para a família do noivo, pois Adah poderia ajudar a sustentar e dar educação a todos os membros do grupo. Logo Adah fica grávida e dá à luz o seu primeiro filho. Não muito tempo depois, Francis é aprovado para cursar contabilidade na Inglaterra. Porém a família decide que Adah, agora grávida da segunda criança, ficará na Nigéria enquanto seu marido estuda, para continuar sustentando a todos.

Entretanto, a personagem tem outros planos, e por isso, algum tempo depois, consegue convencer a família do marido a deixá-la viajar, dizendo que voltará dentro de um ano e meio, o que não é verdade. Assim, Adah junta dinheiro, vende joias e compra passagens de navio para ela e os dois filhos. Após isso, a personagem começa a enfrentar a realidade devastadora dos imigrantes na Inglaterra. Primeiramente, ao se deparar com o local onde viverá com sua família, constituído por apenas um cômodo. Em seguida, há as incessantes investidas do marido e vizinhos para que ela coloque seus filhos para adoção. E, por último, a cuidadora registrada que deveria cuidar dos seus filhos estava os negligenciando. Em decorrência disto, no capítulo seguinte o filho mais novo de Adah, Vicky, contrai meningite viral, ficando em estado muito grave e internado no hospital. Esta situação desperta em Adah seu instinto

materno e a mulher nigeriana que a personagem tem dentro de si, fazendo com que ela chegue a ameaçar a cuidadora — a provável responsável pelo estado da criança — de morte. Depois de todos esses acontecimentos, ela é informada pela Assistente Social que seus filhos agora têm cada um uma vaga na creche pública.

Porém, não muito tempo depois, a personagem é informada que deverá, junto de sua família, sair do quarto que ocupa. Adah, já grávida do terceiro filho, começa a busca por um novo local para alugar. Contudo, descobre que essa será uma longa e penosa busca, pois a grande maioria dos senhorios não gostariam de ter uma família negra na sua casa, ainda mais uma família negra com três crianças. Assim, a narradora começa a mostrar ao leitor os diversos problemas causados pelo racismo. Por fim, a saga por um local para viver acaba sendo resolvida por meio de um “milagre”. A amiga de Adah, Janet, sugere que eles conversem e aluguem um quarto com o Sr. Noble, um homem nigeriano velho, que antes da independência de seu país foi para a Inglaterra para estudar, na intenção de poder ajudar a governar seu país pós independência. Porém, ele não teve sorte e acabou caindo na pobreza como a maior parte dos homens que participaram desse movimento. Felizmente, Adah e sua família conseguem alugar o espaço na casa do Sr. Noble, principalmente por não ter mais nenhuma pessoa interessada.

Após estarem instalados em seu novo cômodo, a preocupação da personagem se torna outra. Agora, ela pensa apenas em como precisa ficar a maior parte do tempo trabalhando antes de seu próximo filho nascer para que tenha como sustentar a família durante sua licença maternidade. Contudo, no segundo dia de dezembro, Adah começa a sentir dores fortes, as quais ela tenta ignorar e ir para o trabalho, o que não ocorre pois os funcionários da linha ferroviária estão de greve. Depois de ter um dia excruciante, brigar com o marido, ir ao médico, Adah encontra as parteiras em sua casa e acaba sendo levada para o hospital porque o bebê é muito grande para nascer lá sem riscos. O que não estava no plano inicial, visto que assim a família economizaria sete libras. No final, Adah dá à luz um menino saudável no hospital. Porém, nesse trecho a personagem descobre muitas coisas. Entre elas, Adah percebe que está sozinha no mundo, não tendo ninguém além do marido, que aparenta ser um homem egoísta. Também é aqui que a personagem começa a demonstrar cada vez mais sua percepção sobre o racismo, e o leitor percebe o quão danoso ele é para a saúde mental da personagem, principalmente por afetar a forma com que ela percebe a sociedade ao seu redor e como ela acaba agindo.

Após dar à luz ao terceiro filho, Adah procura alguma forma de controle de natalidade. Porém, seu marido Francis decide que aquilo não poderia acontecer e veementemente proíbe a mulher de fazer uso do diafragma, inclusive a espanca — é válido ressaltar aqui que a partir deste momento, os relatos de espancamento se tornam mais frequentes. Assim, ela acaba engravidando da quarta criança, a qual tenta abortar com a ajuda do médico da família, mas sem êxito. Nesse momento, Adah toma a decisão de ter uma vida melhor e declara ao marido que agora ele deverá trabalhar e arcar com os custos do próprio sustento, o que ele acaba aceitando posteriormente. Assim, a personagem dá à luz uma criança saudável e decide permanecer em casa sem trabalhar, sobrevivendo de suas economias e do auxílio entregue pelo governo.

Nesse ponto, surge a Adah a ideia de iniciar a escrita de um livro — um sonho de longa data da personagem — e assim ela o faz. Quando termina, ela mostra o livro *Dote de Esposa* aos ex-colegas da última biblioteca onde trabalhou e eles o acham muito bom, incentivando-a a tentar uma publicação. Contudo, um dia ao chegar em casa após ir ao mercado, Adah encontra Francis queimando o livro. Ele afirma que sua família não ficaria feliz com um livro como aquele sendo publicado por sua esposa. Este é o momento decisivo quando a personagem decide se separar do marido. Ela consegue um emprego na biblioteca do museu, aluga um apartamento de dois cômodos e deixa o marido. Todavia, esta não é a última vez que ela o vê. Quatro semanas depois ele descobre onde Adah e os filhos vivem e vai até o local, a espanca na frente das crianças e por pouco não a mata. Aqui, a personagem decide procurar a ajuda da lei para se proteger. Entretanto, Francis, um homem inteligente, queima as certidões de nascimento dos filhos e de casamento para que não houvesse nenhuma prova que o ligasse à família, e no tribunal chegou a sugerir que os filhos fossem dados para a adoção para assim não pagar pensão. Referente às agressões, ele apenas alegou que ela havia caído muito. No fim, Adah afirma que a única coisa de que necessita são os filhos e deixa o tribunal atordoada. O livro acaba com ela reencontrando um amigo de infância, que paga seu táxi para casa.

Por último, ainda é interessante que falar sobre a narradora do romance. A narradora de Emecheta faz uso do discurso indireto livre e por meio desse recurso atua como intérprete da visão, dos pensamentos e das ideias de Adah. Dessa forma, a voz da narradora se encontra mesclada com a voz da personagem, transmitindo principalmente a percepção da última.

1.2 Sobre Subalternidade

1.2.1 O conceito de Subalternidade, por Spivak

Publicado originalmente sob o nome *Can the Subaltern Speak?* (1985), o texto que guia essa pesquisa foi trazido para o Brasil sob o título *Pode o Subalterno Falar?* em 2010. Gayatri Chakravorty Spivak, autora do texto, é uma teórica literária, crítica feminista e professora de Literatura Comparada e Sociedade na Universidade de Columbia, em Nova York.

Em seu ensaio, Spivak faz uma crítica aos intelectuais pós-coloniais ocidentais e suas práticas discursivas como soberanos. Ela explica que muitas das críticas produzidas na época pós o colonialismo tentavam manter o indivíduo ocidental como Sujeito. Assim, a crítica da autora se direciona principalmente aos escritores Foucault e Deleuze, por meio do texto “Os Intelectuais e o Poder: Conversa Entre Michel Foucault e Gilles Deleuze”. Durante o texto, Foucault e Deleuze defendem que a “ação” e a “experiência concreta” do indivíduo oprimido (SPIVAK, 2010, p.36) deveriam ser mais valorizadas que a “teoria”. Dessa forma, como Spivak explica, o intelectual nega o seu papel histórico e sua função de diagnosticar a episteme. O intelectual desconsidera as formações ideológicas e como esse sujeito subalternizado acaba sendo afetado por elas, ignorando a heterogeneidade institucional discutida por Althusser (SPIVAK, 2010, p.33). Spivak afirma que “essa exclusão da necessidade da difícil tarefa de realizar uma produção ideológica contra-hegemônica não tem sido salutar” (SPIVAK, 2010, p.37). Apenas abandonar esse sujeito e afirmar que ele está consciente da posição a ele infringida se torna contraproducente, pois assim o intelectual ratifica, mesmo que inconscientemente, as posições de poder. Em suma, o intelectual ocidental insere o oprimido em uma posição de “ser objeto” (SPIVAK, 2010, p.36).

Ainda, a autora explica que o termo “subalterno” foi erroneamente apropriado e não deveria significar qualquer sujeito que tenha sido marginalizado. O termo deve ser utilizado para se referir ao “proletariado” e descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão de mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12). Em síntese, o subalterno é aquele que não tem voz para falar.

Dessa forma, Almeida, no Prefácio de *Pode o Subalterno Falar?*, explica que Spivak “alerta para o perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objeto do conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro” (ALMEIDA, 2010, p.14). Desta forma, quando Spivak aborda o tema, ela traz em seu texto dois termos distintos que significam, cada um a sua maneira, “representação”. O primeiro, *Vertretung*, significa representação no sentido político de “falar por”; o segundo, *Darstellen*, tem sentido de re-presentar no sentido artístico e filosófico. Seria, em suma, a “distinção entre uma procuração e um retrato” SPIVAK, 2010, p.44). A autora evidencia que ambos os termos estão “relacionados, mas são irredutivelmente descontínuos” (SPIVAK, 2010 p.40). Dias explica que:

A analogia empregada por Foucault e Deleuze encobre tal descontinuidade operando de maneira paradoxal um privilégio do sujeito intelectual, na medida em que, por um lado, os intelectuais se negam a adotar a posição da “consciência” por meio da qual a voz do outro pode ser representada, e assim negam uma teoria comprometida com um significante e a necessidade da representação; mas, por outro lado, por meio da recusa à representação como meio de exposição da voz do outro numa ação representativa (*Vertretung*), os intelectuais representam (*Darstellung*) a si mesmos, bem como suas relações com o sistema hegemônico, como sendo transparentes, isto é, como se seu próprio trabalho não possuísse alguma relação fundamental com tal sistema (DIAS, 2021 p. 95)

Em suma, Spivak critica esse “sistema hegemônico” criado pelo intelectual ocidental, pois por meio deste Foucault e Deleuze fazem parecer que “não há nenhuma representação, nenhum significante [...]; a teoria é um revezamento da prática [...], e os oprimidos podem saber e falar por si mesmos” (SPIVAK. 2010 p. 56). Dessa forma, o lugar de “transparência” é definido e o intelectual pode negar veementemente seu “papel de árbitro, juiz e testemunha universal”. Assim como Dias (2021) explica, o intelectual ainda se funde aos privilégios institucionais do poder, e é

[...] pela recusa de um sistema de signos, da representação, que se reinscreve as formas ocidentais do pensamento como fundamento estrito das discussões em torno do sujeito, e dessa forma, o crítico se torna cúmplice na construção persistente do “Outro” como sombra de um eu essencial, etnocêntrico, detentor do controle da possibilidade de uma episteme. (DIAS, 2021 p. 95)

Dentro desse aspecto, Spivak fala então que “o exemplo mais claro de violência epistêmica é [...] constituir o sujeito colonial como Outro” (SPIVAK, 2010, p.60), além de afirmar que a obliteração assimétrica do resto desse Outro seja feita por meio da precária

Subje-tividade (*Subject-ivity*, no inglês). Assim, a autora inicia o debate sugerindo que a história esteja sendo contada apenas pela visão europeia, onde “uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas”. Para tanto, a autora exemplifica (o quê?) utilizando o exemplo da visão da educação no país pelos colonizadores. Estes intentavam modificar a educação para que os indianos fossem “ingleses no gosto, nas opiniões, na moral e no intelecto” (SPIVAK, 2010, p.65). Uma das consequências desse pensamento foi:

uma separação incômoda entre a formação disciplinar e estudos sânscritos e a tradição nativa. [...] A partir de seus ousados planos utilitários-hegemônicos para alunos e estudiosos do sânscrito, é impossível estimar tanto a repressão agressiva do sânscrito no arcabouço educacional geral quanto a crescente ‘feudalização’ do uso performático do sânscrito na vida cotidiana (SPIVAK, 2010, p. 65-66)

Pensando então nessa violência, e em outras que a educação sofreu, a autora questiona (se) “*Pode o subalterno falar?*”, e como base nisso discorre sobre a divisão de classes dentro da sociedade. Dessa forma, ela instiga os intelectuais a se perguntarem isso, pois a historiografia indiana foi toda narrada e creditada aos britânicos e à elite indiana (GUHA, In: SPIVAK, 2010, p. 1). Assim, o intelectual escuta o “informante nativo”, mas esquece que o colonizado é “irremediavelmente heterogêneo” (SPIVAK, 2010, p. 73). Aqui, também poderíamos muito bem falar sobre “Os Perigos de Uma História Única” de Adiche (2019), onde a escritora relata como a falta de representação ou a representação errônea podem gerar preconceitos: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. (ADICHE, 2019)

Assim, a história do Outro marginalizado não é contada ou ouvida diretamente pelo intelectual, apenas a história que o burguês colonizador repassa. Ainda falando em questões referentes ao extrato social, Spivak fala sobre as categorias sociais analisadas, e relata como Guha percebe que a terceira camada da rede de estratificação proposta por ele, a dos “grupos dominantes nativos regionais e locais”, é distinta e possui relações de poder não previstas pela taxonomia criada (SPIVAK, 2010, p. 75-76).

Seguindo, Spivak reflete sobre o “‘verdadeiro’ subalterno”, aquele que a “identidade é a sua diferença” (SPIVAK, 2010, p.78). Assim, a autora explica que o intelectual faz uso do mecanismo de tornar o Outro “visível” e “o indivíduo vocal” para que isso não se torne “um objeto de sedução para o intelectual representante” (SPIVAK, 2010, p.78). Dessa forma, ela

faz uma crítica ao que se segue como “forma pura de consciência”, trazida por meio do texto *New Wave Social Science* de Chaudhury — um marxista. Ela explica que tanto os marxistas, Deleuze e Foucault, quanto o Grupo de Estudos Subalternos fazem uso dessa denominação para novamente se alienarem dos problemas enfrentados pelos subalternos, pois quanto menor forem as questões, menor o problema para os intelectuais, como explica Chaudhury (1984, p.10). Contudo,

A consciência [...] está associada a um conhecimento das inter-relações entre classes e grupos diferentes, isto é, a um conhecimento de matérias que constituem a sociedade (...) Essas definições adquirem um significado somente com relação à problemática de um objeto de conhecimento definido – para que se possa compreender a mudança na história, ou, especificamente, a mudança de um modo a outro, *mantendo a questão da especificidade de um modo característico fora de foco*. (CHAUDHURY, 1984, p.10, grifo da autora).

Dessa forma, ao tratarmos dessa questão como ideológica, como sugere Spivak, percebemos que os silêncios presentes nos textos do intelectual demonstram o que ele não pode dizer, o que demonstra que há uma “recusa ideológica coletiva [que] pode ser diagnosticada pela prática legal sintetizada do imperialismo” (SPIVAK, 2010, p.82). Dessarte, tudo aquilo que “o trabalho *não pode* dizer se torna importante”, isto é, passa-se a refletir sobre as elaborações de textos insurgentes, os quais apresentam “o sujeito” por meio do historiador, que é apenas “um ‘receptor’ de qualquer ato social pretendido coletivamente” (SPIVAK, 2010, p.82-83). Como discutido anteriormente, as histórias que acabam sendo disseminadas provêm da elite populacional. Por isso, “‘o sujeito’, inferido pelos textos de insurgência, pode servir apenas como uma contra possibilidade para as sanções narrativas conferidas ao sujeito colonial nos grupos dominantes” (SPIVAK, 2010, p.84).

Nesse ponto, Spivak que chega no ponto a que mais interessa o presente trabalho. Aqui a autora inicia as discussões que concernem à subalternidade feminina. Assim, é explicado que apesar de ambos os gêneros “serem objetos da historiografia colonialista e da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina”. Spivak (2010, p. 89-90) explica então que “a mulher se encontra duplamente na obscuridade” pois:

No seu caso [das mulheres do proletariado urbano], a negação e o impedimento do consumismo e a estrutura de exploração são constituídos pelas relações sociais patriarcais. No outro lado da divisão internacional do trabalho, o sujeito da exploração não pode conhecer nem falar o texto da exploração feminina, mesmo se for assegurado à mulher – de forma absurda pelo intelectual que não pode representá-la – um espaço no qual ela possa falar. (SPIVAK, 2010, p.89-90)

Em suma, Spivak até então tenta, como explica Dias (2021, p. 90), expor situações, utilizando a figura do subalterno, que se relacionam tanto com “os trabalhadores e imigrantes de países de ‘terceiro mundo’, quanto à mulher, que ocupando a frágil posição híbrida de gênero/classe/nacionalidade, permanece em uma posição abismal”.

Posteriormente, Spivak discorre sobre a teoria de Derrida e como considera útil “o trabalho sustentado e desenvolvido sobre a mecânica da constituição do Outro” (SPIVAK, 2010, p.109). A partir do ponto de vista da autora, percebe-se que, segundo Derrida, deve-se questionar como “impedir que o Sujeito etnocêntrico estabeleça a si mesmo ao definir seletivamente o Outro” (SPIVAK, 2010, p.102). Desta forma, ao analisar o capítulo *Da gramatologia como ciência positiva*, Spivak percebe que Derrida define como principal problema “a tendência do Sujeito *européu* de constituir o Outro como sendo marginal ao etnocentrismo” (SPIVAK, 2010, p.107). A ênfase no “européu” se dá na necessidade deste Sujeito perceber que os espaços em branco nos textos devem “ser confiados ao Outro da história” (SPIVAK, 2010, p.107). Em linhas gerais, a defesa de Derrida, na interpretação de Spivak, é de os intelectuais repensarem suas produções para que os espaços que já faltam na história sejam preenchidos por aqueles que podem de fato falar sobre, mas não de forma a deixar que estes falem por si mesmos, e sim chamam o “‘quase-outro’ [...] para ‘tonar delirante aquela voz interior que é a voz do outro em nós’” (SPIVAK, 2010, p.108). Estes intelectuais devem passar pelo processo de descentralização do conhecimento, pois este não pertence única e exclusivamente ao homem europeu branco.

Ao chegar na última parte do texto, Spivak adentra de fato à questão da mulher nesse contexto. Em primeiro momento, a autora fala que “se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (SPIVAK, 2010, p. 110). Porém, ela ressalta ainda que quando postas em um contexto pós-colonial, o “ser ‘negra’ [...] perde o significado persuasivo” (SPIVAK, 2010, p. 110). Continuando, ela fala que o intelectual “ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna [...] *sistematicamente* ‘desaprende’ o privilégio feminino” (SPIVAK, 2010, p.114). Isto é, ele percebe por outro viés a situação da mulher e “aprende a criticar o discurso pós-colonialista com as melhores ferramentas que ele pode proporcionar e não apenas substituindo a figura perdida do(a) colonizado(a)” (SPIVAK, 2010, p.114).

Desta forma, Spivak elabora a frase “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2010, p. 119), onde é possível interpretar que por meio da violência epistêmica gerada pelo colonizador, a mulher subalterna guarda em si a história da repressão. É ela que acaba sendo ignorada e silenciada, como ocorre no caso, citado por Spivak, do ritual do *sati* – ritual de autoimolação da viúva indiana na pira funerária do marido. O ritual foi criminalizado pelos ingleses, e mesmo que houvesse toda uma discussão filosófica envolvida na decisão, as próprias mulheres não foram são inclusas. Assim, a autora demonstra que a sociedade imperialista apenas registra a mulher como um objeto que deve ser protegido. Aquém, a sociedade apesar de deixar a decisão do *sati* à viúva, acaba por forçá-la à prática por meio da construção do imaginário social. Como exemplo, Spivak fala sobre as recompensas divinas apresentadas em textos que falam sobre o *sati*, que induzem a mulher ao ritual. Desta forma, Spivak afirma que:

Entre o patriarcado o imperialismo a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher de Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização. [...] O caso [das viúvas *sati*] como exemplo da mulher no imperialismo desafiaria e desconstruiria essa oposição entre sujeito (lei) e objeto de conhecimento (repressão) e marcaria o lugar do ‘desaparecimento’ com algo que fosse diferente do silêncio e da inexistência – uma violenta aporia entre o status de sujeito e objeto. (SPIVAK, 2010, p.157-158)

Por fim, ela traz um último exemplo de uma jovem ativista que esperou o momento de sua menstruação para cometer suicídio, desta forma o seu ato não poderia ser mal interpretado como relacionado a um amor malsucedido ou uma gravidez ilegítima. Contudo, mesmo tendo esperado pelo momento adequado, sua morte ainda foi mal interpretada pela sociedade. É por isso que Spivak declara que “o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual [...] tem uma tarefa circunscrita que não deve rejeitar” (SPIVAK, 2010, p.165). Desta forma, é notável a necessidade de mulheres trabalharem com assuntos pertinentes ao seu gênero, pois não serão os intelectuais europeus que irão abrir caminho e falar aos subalternizados. Isto pois o apagamento gerado pelo intelectual que ou fala pelo Outro ou espera que o Outro fale por si mesmo não funciona, e ainda porque a mulher é constantemente inferiorizada pelos seus pares e pelos colonizadores.

1.2.2 Outros adendos teóricos

Anteriormente, na introdução, foi citado que o presente trabalho faria uso de outras teóricas feministas para complementar a argumentação. Visto isso, sabe-se em primeiro momento que Emecheta será uma das teóricas utilizadas, pois dentre muitos dos seus textos e falas é possível perceber a sua inclinação para a defesa dos direitos das mulheres negras. Aquém, ao longo da análise são utilizados os trabalhos de outras pesquisadoras na área. Sobre a questão do feminismo africano, vale ressaltar que “o feminismo africano é uma apropriação contextual dos princípios do feminismo às realidades, desafios e valores do gênero feminino africano”⁷ (OWOEYE, 2006). Ainda segundo Owoeye (2006), Emecheta comenta que “o feminismo africano está livre dos grilhões das ilusões românticas ocidentais e tende a ser muito mais pragmático”⁸ (EMECHETA, 1986).

Ainda, é pertinente entender que a disparidade entre a vida da mulher africana em relação à família, à sociedade e ao trabalho é profunda, e este é um dos principais pontos trazidos pelas feministas africanas. Portanto, é deste ponto de partida que a análise da obra de Emecheta é feita, porquanto a autora se considera uma feminista, apesar de dizer ser uma feminista com um “f” pequeno, e seus livros são as provas disto. Emecheta (1986) fala que:

Narro os pequenos acontecimentos na vida das mulheres africanas que conheço. Eu não sabia que ao fazer isso eu seria chamada de feminista. [...] Escrevo sobre mulheres que se esforçam muito para manter a família unida até que se torne absolutamente impossível. Não tenho simpatia por uma mulher que abandona seus filhos, nem tenho simpatia por uma mulher que insiste em ficar casada com um homem bruto, simplesmente para ser respeitável. Quero muito promover a educação das mulheres na África, porque sei que a educação realmente ajuda as mulheres. Ajuda-as a ler e ajuda-as a criar uma geração. É verdade que se educa uma mulher, educa-se uma comunidade, ao passo que se educa um homem, educa-se um homem.⁹ (EMECHETA, 1986)

Estes são os preceitos básicos que esta análise seguirá quando convir falar sobre questões feministas, pois de nada é válido falar sobre a voz da mulher negra e não trazer de fato perspectivas que retratem a realidade desta.

7 Tradução minha do original: “African feminism is a contextual appropriation of the tenets of feminism to African female gender realities, challenges and values”.

8 Tradução minha do original: “African Feminist is free of the shackles of Western romantic illusions and tends to be much more pragmatic”.

9 Tradução minha do original: I chronicle the little happenings in the lives of the African women I know. [...] In my books I write about families because I still believe in families. I write about women who try very hard to hold their family together until it becomes absolutely impossible. I have no sympathy for a woman who deserts her children, neither do I have sympathy for a woman who insists on staying in a marriage with a brute of a man, simply to be respectable. I want very much to further the education of women in Africa, because I know that education really helps the women. It helps them to read and it helps them to rear a generation. It is true that if one educates a woman, one educates a community, whereas if one educates a man, one educates a man. I do occasionally write about wars and the nuclear holocaust but again in such books I turn to write about the life and experiences of women living under such conditions.

2. DA NIGÉRIA PARA A INGLATERRA

Por se tratar de uma obra que retrata e aborda diversas questões em muitas camadas, o presente capítulo versa sobre pontos específicos com base na experiência de vida de Adah, a personagem principal de *Cidadã de Segunda Classe*, por meio de subcapítulos. Sendo assim, aqui se torna válido salientar que apesar de poucos, os capítulos que retratam a vida da personagem na Nigéria apresentam um panorama rico de percepções de Adah sobre seu povo e costumes. Em um primeiro momento, a narradora já relata e elucida que por meio do que é relatado no texto alguém poderia concluir que os africanos maltratam os filhos, porém tudo se resume ao costume dos povos africanos¹⁰: “a partir dessas evidências, alguém poderia concluir que os africanos maltratam os filhos. Para o povo de Adah, porém, e para a própria Adah, não era isso, de jeito nenhum, o que acontecia: era o costume.” (EMECHETA, 2019, p.29)

Aqui podemos compreender dois elementos muito importantes para a análise da obra: a) o texto é escrito do ponto de vista do “Outro” e traz à tona a voz deste; e b) dadas as circunstâncias, uma pessoa não africana, como a autora desta monografia, poderia ver as situações de outra forma não apresentada no texto, por isso a escolha de embasar a análise em textos de autoras de países colonizados.

2.1 Na Nigéria

2.1.1 Percepções de gênero

Uma das primeiras informações apresentadas no livro retrata as circunstâncias de nascimento de Adah, quando a narradora explica que Adah “não estava segura nem mesmo de ter sido aos oito anos de idade, porque, claro, *era uma menina*” (EMECHETA, 2019, p.11) e em seguida explica: “Uma menina que havia chegado quando todos esperavam e previam um menino. Assim, já que era um desapontamento tão grande para os pais, para a família imediata, para a tribo, ninguém pensou em registrar seu nascimento. Uma coisa tão insignificante!” (EMECHETA, 2019, p.11)

¹⁰ Fala-se em povos africanos pois o texto traz o termo “africanos” não especificando qual o povo, apesar de a personagem ser de origem igbo.

Inicialmente, percebe-se que na sociedade Nigeriana, principalmente na cultura igbo, o ser feminino é desvalorizado em relação ao ser masculino, e a autora retrata isto de forma objetiva, não se abstendo em relação aos lados ruins. E é no meio desta indiferença em relação ao gênero feminino que a história se desenvolve inicialmente na Nigéria, demonstrando desde o princípio qual será o enredo principal da narrativa. Posteriormente, a narradora explica que para as mães sempre é melhor ter um filho homem, pois estes traziam valor para a mãe:

Mas como dizer àquela bonita criatura que na sua sociedade ela só podia ter certeza do amor de seu marido e da lealdade de seus sogros se tivesse e mantivesse vivas tantas crianças quantas possível, e que, embora uma menina pudesse ser contada como uma filha, para seu povo um menino tinha o valor de quatro crianças? E se a família pudesse dar uma boa educação universitária ao menino, a mãe do menino receberia o status de homem, na tribo. Como ia explicar tudo isso? Que sua felicidade dependia muito do fato de seu filho permanecer vivo? (EMECHETA, 2019, p.92)

A importância de gerar um filho homem permeia os pensamentos de Adah durante toda a obra, e, em momentos como o apresentado acima, onde o filho se encontra em perigo, percebemos como o amor materno dela está ligado não só à relação mãe e filho, mas também é permeado pelo status social dentro da tribo. É inegável que a personagem ame seus filhos, porém é neste ponto que percebe-se que a pressão social em relação ao ser feminino é muito mais intrínseca e alojada dentro de uma sociedade patriarcal, como esta em que Adah nasceu. Não só a filha sofre com as expectativas de gênero, como também a mãe é pressionada pela família a manter e ter sempre filhos homens, que possuem mais valor para todos.

Assim, ainda é pertinente analisar como o papel feminino se dá dentro da sociedade em outras instâncias que não a materna. Emecheta explica em sua conferência “Feminism with a Small ‘f’” que normalmente uma menina enquanto ainda criança percebe seu papel na sua sociedade e, caso isso não ocorra, ela é lembrada pela mãe:

Ainda, esta garota que não foi desejada originalmente muito jovem percebe por conta própria [...] se ela geme ou demonstra sinais de não querer fazer nada disso [trabalho doméstico], ela será bruscamente lembrada pela mãe: “mas você é uma menina! Será uma mulher.”¹¹ (EMECHETA, 1986)

11 Tradução minha do original: Yet, this girl-child that was not desired originally comes into her own at a very early age. [...] If she moans or shows signs of not wanting to do any of this [housework], she will be sharply reminded by her mother. 'But you are a girl! Going to be a woman. (EMECHETA, 1986)

Contudo, isso não ocorre com Adah, pois quando ela tinha aproximadamente nove anos o seu pai morre e “como a maioria das meninas órfãs, [ela] deveria passar a morar com o irmão mais velho de Ma [mãe]” (EMECHETA, 2019, p.28). Posteriormente descobrimos “que eles não estavam nem aí” e “ninguém queria saber” (EMECHETA, 2019, p.34) o que Adah fazia, apenas o que ela não fazia, uma vez que ela “podia ir para o diabo” “desde que não pedisse dinheiro a ninguém e desde que tivesse concluído suas tarefas” (EMECHETA, 2019, p.34). Aqui percebemos como uma menina pode ser desvalorizada em uma sociedade patriarcal.

Mesmo quando se trata da educação das meninas podemos perceber essa desvalorização, apesar de que os igbos levavam a educação das suas crianças muito a sério, pois eles “estavam se dando conta depressa de que só o estudo poderia salvá-los da pobreza e da doença” (EMECHETA, 2019, p.13), os esforços e capitais eram praticamente todos investidos no menino. Isto acontecia em razão da função do ser feminino na sociedade, como Emecheta fala, a menina “desde a infância é condicionada a acreditar que por ser menina ela deve fazer todo o trabalho doméstico, ela deve ajudar a mãe a cozinha, lavar, buscar água e cuidar dos irmãos mais novos”¹² (EMECHETA, 1986). Isto então era levado em consideração quando a família discutia sobre matricular ou não Adah na escola, porque “um ou dois anos, e o assunto seria resolvido, ela só precisava aprender a escrever o nome e a contar. Depois, vai aprender costura.”. Ainda a família questionava se “mesmo que ela fosse mandada para a escola, seria mesmo adequado deixá-la frequentar a escola por muito tempo?” (EMECHETA, 2019, p.13).

Se a mulher já tem uma função preestabelecida na sociedade, por que deveria estudar? A resposta acaba sendo mais simples do que esperado. A narradora, após o relato da morte do pai de Adah, discorre sobre como a família decidiu pela permanência da protagonista na escola:

Adah abandonaria a escola, mas alguém argumentou que, quanto mais tempo ela ficasse na escola, maior seria o dote que seu futuro marido pagaria por ela. Afinal, era jovem demais para se casar, pois estava com mais ou menos nove anos, e além disso o dinheiro extra a ser obtido com ela arremataria os gatos de Boy. (EMECHETA, 2019, p.28)

12 Tradução minha do original: From childhood she is conditioned into thinking that being the girl she must do all the housework, she must help her mother to cook, clean, fetch water and look after her younger brothers and sisters.

Assim, Adah frequenta a escola e procura formas de permanecer estudando, mesmo com a sua família tendo outros planos para ela. É possível perceber a força de vontade da personagem, e como ela mantém seus desejos em primeiro plano, negando que outros guiem suas decisões. Isto é visível quando, após a morte do pai, a mãe tenta casar sua filha com homens mais velhos e ela cria uma persona difícil de lidar para que os pretendentes desistam. Desde muito cedo, a personagem se demonstra alguém que não é passível de ser controlada, que tenta falar e fazer por si mesma, mesmo sendo uma criança. Adah sabe principalmente aquilo que não quer para si: “não admitiria viver com um marido a quem tivesse de tratar como amo e chamar de ‘senhor’ mesmo quando ele não estivesse ouvindo. Sabia que todas as mulheres igbo faziam isso, mas nunca agiria assim!” (EMECHETA, 2019, p. 29). É notório que ela se encontra descontente com a sua cultura, e este é outro ponto importante na história, pois é este descontentamento que guiará Adah também na busca pelos seus direitos.

A força de vontade que a personagem apresenta acaba não sendo o suficiente. Apesar de Adah conseguir transpor os obstáculos que seu gênero traz para ela e ter conseguido cursar o secundário, quando sai da escola a personagem se vê diante de um novo problema: ela precisaria de uma casa para ter estrutura e conseguir cursar a universidade, mas também “em Lagos, naquela época, os adolescentes não podiam morar sozinhos e se, por acaso, para completar, esse adolescente fosse uma menina, viver sozinha significava ir atrás de encrenca” (EMECHETA, 2019, p.35). De acordo com Nwaohuocha (2018), muitos dos senhorios acreditam que uma mulher solteira é uma prostituta¹³, isso pode ocorrer principalmente devido a questões culturais onde o casamento é algo esperado das mulheres, e é por meio dele que a decência é medida na Nigéria.

E é neste ponto, onde Adah se encontra sem opções, que a personagem decide se casar. Um casamento que apesar de não ser arranjado, como era comum à época, também não é descrito como um casamento por amor, mas sim por conveniência. Ainda, na hora de escolher um marido, a personagem tem grande satisfação ao escolher alguém pobre o suficiente para não conseguir pagar o dote pedido pela família, pois “ela era uma noiva cara assim [£500] porque tinha ‘formação escolar’, muito embora nenhum deles [seus familiares] tivesse contribuído para seus estudos” (EMECHETA, 2019, p.35). Dessa forma, Adah vai duplamente contra a sua família: primeiro por não casar com quem eles gostariam, e segundo por se casar com alguém que ela sabia que não pagaria o dote.

13 Minha tradução do original: “Many landlords in Nigeria suspect single women of being prostitutes, making it difficult for them to rent apartments”.

2.1.2 Buscando alternativas

A escolha de Adah gera outras questões dentro do romance, pois aqui a liberdade pela qual ela lutou desde o início da história é posta em risco. A maior parte das sociedades igbos são patriarcais, de acordo com Aina (1998). Ainda, Cain (1979) explica que sociedades patriarcais são lugares onde os homens dominam as mulheres, tendo como um dos fatores agravantes as relações de parentesco entre homens e mulheres. Se aqui considerarmos que, após a morte do pai de Adah, a personagem não possui laços sanguíneos próximos, no momento que ela se casa com Francis, Adah se torna parte da família do marido. Sendo assim, Adah é subordinada a dominação dos seus novos “parentes”. Neste ponto, a personagem se encontra ainda mais presa na cadeia que a transforma em um Outro dentro do romance. Isto posto, Adah se encontra em um local onde outros tentam tomar as decisões por ela. Vale ressaltar que as relações de dominação nas sociedades igbos não acontecem apenas na esfera homem-mulher, mas também há a relação ente idades, onde o mais velho é consultado primeiramente. Isto é explicado posteriormente pela narradora, quando ela diz que “quase todas as decisões relativas às suas próprias vidas tinham de ser submetidas antes de mais nada ao Grande Pa, o pai de Francis, e em seguida à mãe dele, depois discutida pelos irmãos da família antes de Adah ser consultada.” (EMECHETA. 2019, p. 39)

Outrossim, as relações que Adah desenvolve com a família do marido são também baseadas nas relações de gênero. Como referenciado acima, devido ao contexto patriarcal da sociedade nigeriana, os filhos do sexo masculino possuem mais valor para as famílias. Visto isso, quando a personagem dá à luz à primeira filha do casal, Titi, os parentes olham para a criança “com um olhar que dizia ‘Só isso?’”, pois Adah “tivera a audácia de deixar todo mundo esperando por nove meses e quatro noites insones só para depois aparecer com uma menina e nada mais? Nove meses inteirinhos desperdiçados” (EMECHETA, 2019, p.163), O início já conturbado dela na família aqui se torna ainda mais difícil, pois agora ainda havia a expectativa de conceber mais crianças e recuperar o seu prestígio entre os familiares, pois segundo Wilson (1997), “o valor delas [as mulheres] era mensurado primariamente pela sua fertilidade e capacidade de gerar filhos, particularmente meninos”¹⁴.

Consequente, durante a narrativa é evidente como a vida de Adah é permeada pelas decisões e opiniões de sua nova família. Dentre as decisões que primeiramente passam pelo

14 Tradução minha do original: “Their value was measured primarily by their fertility and ability to bear children, particularly sons”.

patriarca está a decisão de deixar ou não a protagonista trabalhar em um local onde ela ganharia mais do que seu marido. Aqui é visível tanto as questões sociais relativas às decisões familiares, como a preocupação do próprio marido em ser inferior à esposa. O que é uma preocupação para o marido, não é para o sogro, pois esse sabe a circunstância de submissão à qual Adah está inserida. Ele expressa isso ao questionar Francis sobre “o que ela vai fazer com o dinheiro? Levar para a família dela? [...] Parentes que não se preocuparam em saber se ela estava viva ou morta?” (EMECHETA, 2019, p. 36). Novamente, aqui é reafirmado o local e a função da personagem na família: ela é um Outro sem oportunidades para se desvincular da realidade que a oprime, principalmente por não ter outro vínculo afetivo e social que não eles. Ainda nesse sentido, o patriarca impede a ida de Adah para a Inglaterra por acreditar que não seria correto — e também por ver ela como fonte de renda para a família. Este último ponto faz parte das relações de poder patriarcal, pois, como Cain (1979) explica, outra base do patriarcado é o controle por parte do homem sobre a propriedade, renda e trabalho feminino.

Contudo, a protagonista não se deixa vencer pelas circunstâncias e novamente entra em um embate contra a sociedade utilizando as armas que tem. Adah mente para a família do marido dizendo que ficará apenas um tempo na Inglaterra e logo voltará. Ela aprendeu muito cedo que deveria ser “esperta como a serpente e inofensiva como a pomba” (EMECHETA, 2019, p. 49). E é assim que a personagem manipula sua ida para a Inglaterra.

2.2 Na Inglaterra

Esta segunda parte da análise será um pouco diferente da anterior, pois as relações e percepções da personagem mudam no momento em que ela imigra para outro país. Desta forma, a análise se divide em duas partes: 1) a análise do racismo e da subalternização do Outro; 2) a relação de gênero.

2.2.1 A subalternização do Outro pela raça

É notável em primeiro momento que existem muitas diferenças entre um país como a Inglaterra, situado na Europa, para um país como a Nigéria, situado na África. Em primeiro momento, as diferenças geográficas são extremas: enquanto na Inglaterra a temperatura mínima pode chegar a -2°C e máxima a 30°C dependendo do dia, na Nigéria as temperaturas

não baixam de 21°C e não ultrapassam os 35°C, segundo o Site Climate-Data. São diversos os pensadores e filósofos que falam como a cultura pode ou não ser influenciada pela temperatura à qual o indivíduo é submetido, e estas influências podem ser percebidas muitas vezes pela forma como a humanidade se porta em sociedade — aqui podendo excluir questões deterministas. Desta forma, Adah, ao chegar na Inglaterra, já retrata a acolhida fria que recebe, tanto do tempo quanto das pessoas:

A Inglaterra deu a Adah uma acolhida fria. A recepção foi particularmente fria porque apenas alguns dias antes o navio fora acolhido com alegria e animação em portos como Takoradi, Freetown e Las Palmas. [...] Liverpool era cinza, enfumaçada e aparentemente desabitada por humanos. [...] Mas se, como diziam, havia muito dinheiro na Inglaterra, então por que os habitantes locais recebiam os visitantes com aquele descaso, aquela frieza? (EMECHETA, 2019, p.54)

A frieza retratada pela personagem inicialmente é relatada diversas outras vezes ao longo do texto, e em sua maioria se relacionam a posição à qual Adah é submetida. Na Inglaterra, não importa quão educada Adah é ou qual posição ela tinha enquanto moradora de Lagos, em Londres ela era apenas uma negra e uma cidadã de segunda classe, como lembrado por seu marido em inúmeras ocasiões. Sidiki (2018) explica que, ao ler o romance, é possível ler nas entrelinhas que em Londres — uma sociedade branca, falocêntrica e capitalista — as pessoas são julgadas com base no gênero, raça e classe social. Isto posto, é relatado por meio da voz da narradora que, como muitos empregos, algumas moradias não eram destinadas a pessoas negras. Francis, o marido, pressiona a personagem a conseguir um emprego em uma fábrica, o que ela nega veementemente, alegando seus diplomas de nível básico, secundário e da Associação Profissional a Biblioteca Britânica. Novamente, neste ponto ela luta contra as imposições sociais e expectativas que outros têm em relação a ela.

Ainda, a relação de subalternidade imposta por meio da cor da pele é perceptível quando ela chega à acomodação providenciada por Francis, que informa: “Somos todos negros, todos de cor, e as únicas acomodações que a gente consegue arrumar são horrores como este” (EMECHETA, 2019, p.57). A personagem fica inconformada com a qualidade do ambiente a que é submetida, mas também com as pessoas com quem terá de conviver. Aqui, seu marido informa pela primeira vez que ela “não pode discriminar seu próprio povo, porque todos [...] [são] de segunda classe”.

Por consequência desta visão, tanto Francis quanto os vizinhos de Adah querem submetê-la a posição de subalterna que eles já aceitaram, segundo Sidiki (2018). As

imposições iniciam, como supracitado, na escolha de emprego de Adah e se estendem até a forma como ela deve ou não criar seus filhos:

Seria preciso confiá-los a pais adotivos. A maioria dos nigerianos com filhos entregava as crianças a pais adotivos. Nenhum casal em seu juízo perfeito sonharia em manter os filhos consigo. A noção de pais adotivos era tão generalizada que as donas de casa africanas que viviam na Inglaterra acabavam considerando a mãe adotiva a verdadeira mãe de seus filhos. (EMECHETA, 2019, p.68)

Em uma sociedade que subjuga o negro, e ainda mais a mulher negra, se torna difícil criar os próprios filhos, principalmente tendo acesso apenas a acomodações insalubres. Contudo, neste ponto, novamente Adah se nega a seguir o esperado pelo seu povo e seu marido. Ela, como veremos a seguir, luta pelo direito de manter seus filhos consigo. Todavia, devido à recusa de colocar seus filhos para adoção, a família de Adah é despejada do quarto que ocupava, e aqui novamente o racismo da sociedade inglesa é desvelado: durante sua busca por acomodações, o casal é rejeitado múltiplas vezes por senhorios brancos, a ponto de Adah tentar esconder sua cor por meio de um sotaque americano falso em uma ligação telefônica. Neste ponto, é notório que para tentar ser aceito por esta sociedade racista e deixar de ser marginalizados, os negros devem esconder sua cultura e sua negritude. O romance retrata como os negros na Inglaterra eram condicionados a acreditarem não terem direitos ao mínimo:

“Desculpem, pessoas de cor não serão aceitas”. [...]Estava começando a aprender que sua cor era uma coisa da qual supostamente deveria se envergonhar. Mas agora Adah estava começando a descobrir, por isso não desperdiçou seu tempo procurando acomodações em bairros limpos e agradáveis. Ela, que apenas alguns meses antes só teria aceitado o que houvesse de melhor, agora se condicionara a esperar por coisas inferiores. Estava aprendendo a desconfiar de tudo o que fosse bonito e puro. Essas coisas eram para os brancos, não para os negros. (EMECHETA, 2019, p.104)

O relacionamento que ela desenvolve com o meio londrino e o racismo por ele disseminado também reverbera sobre outras partes de sua vida. A personagem não iniciava mais suas buscas na seção de artigos bons em lojas, mesmo que tivesse dinheiro para isso, mas sim “automaticamente se dirigia aos mostradores de artigos manchados ou com defeitos, temerosa do que os vendedores da loja pudessem dizer” (EMECHETA, 2019, p.104). Porém, ela estava consciente do modo como era afetada por outros acharem que “o fato de ser negro significava ser inferior”, pois “bem, Adah ainda não acreditava inteiramente nisso, mas uma

coisa ela sabia: o fato de ser considerada inferior tinha um efeito psicológico sobre ela” (EMECHETA, 2019, p.105). Em suma, podemos perceber que a relação com o meio onde ela vive afetou sua personalidade e a fez acreditar que ela, ou pessoas negras, deveriam agir como se fossem inferiores.

Outro momento que marca os traumas que o colonialismo gerou nos colonizados é quando Adah se encontra na maternidade e não consegue aproveitar o momento de alegria por ter tido seu terceiro filho. Apesar de em nenhum momento alguém de fato a insultar ou ser racista com ela, a personagem está em uma posição vulnerável e sem suporte por parte de qualquer pessoa. Então, quando uma enfermeira informa que Adah precisa de uma camisola e que seu marido deve trazê-la para ela, a personagem começa a se sentir insegura naquele local:

Agora tinha certeza de que as pessoas estavam falando dela. *Vejam só aquela negra que não ganhou nenhuma flor, nenhum cartão, que não recebe visitas, exceto do marido, que em geral chega cinco minutos antes do fim do horário de visitas com cara de quem detesta tudo isto. Olhem para ela, nem camisola ela tem. Será que é de Holloway, de alguma prisão? Só pacientes que vêm da prisão usam roupa do hospital na enfermaria.* (EMECHETA, 2019, p. 172)

O sentimento de inferioridade que ela desenvolveu ao chegar na Inglaterra afeta até mesmo um momento que poderia ser agradável para a personagem. Para ela todas as pessoas ao seu redor poderiam se mostrar cruéis com ela apenas por causa da sua cor, pois assim foi condicionada por seu marido e sua comunidade a pensar. Este constante medo de sofrer agressões faz com que a personagem se afaste de qualquer outro que possa parecer minimamente atencioso com ela: “alguma coisa na gentileza da outra a impediu. Era o tipo de gentileza que habitualmente se associa com inteligência. A senhora podia falar com Adah [...] porque sabia que as duas nunca mais voltariam a se encontrar” (EMECHETA, 2019, p.177).

Ainda nesse sentido, é possível perceber por meio de outros personagens a forma pela qual o racismo interfere na vida dos imigrantes negros. Como supracitado, a personagem, devido à cultura na qual estava inserida na Nigéria, não conhecia seu marido muito bem antes da sua chegada a Inglaterra. Após a mudança para Inglaterra o relacionamento de ambos muda. Não há como afirmar plenamente que quando Francis ainda estava na Nigéria ela já era um homem da forma representada quando já se encontra na Inglaterra. Contudo, percebe-se durante a narrativa que o comportamento por ele apresentado não se encaixa plenamente no comportamento de um homem nigeriano. Há exemplo disto, quando Adah e Okpara —

homem igbo que tenta ajudar a família da personagem — entram no cômodo em que a família vive, e encontram Francis apenas com a roupa de baixo cantando trechos do Manual das Testemunhas de Jeová aos filhos. Ao presenciar isto, o visitante censura o outro homem, pois Francis estava perdendo “sua hombridade, e as crianças para quem ele estava cantando não demorariam a perceber que quem comprava roupas e comida para eles era a mãe”. Ali Francis lembrou que “era uma grande humilhação para um africano não ser respeitado pelos próprios filhos” (EMECHETA, 2019, p.229). Percebe-se, então, que de alguma forma Francis perdeu parte da sua identidade ao imigrar para a Inglaterra.

Sabe-se que o personagem já estava contentado com a posição a qual os negros eram submetidos na Inglaterra, porém ele havia imigrado para lá com a intenção de estudar. Desta forma, durante todo o romance a posição de Francis é de um estudante de contabilidade que não trabalha, e que, no entanto, é incapaz de passar nos diversos exames que prestou. Parte disto, se não tudo, pode ser relacionado ao sentimento de inferioridade criado no personagem, como a própria narradora relata: “ela [Adah] não sabia que Francis chegara a uma situação tal que, subconscientemente, dissera para si mesmo que nunca seria aprovado nos exames. Era como se tivesse dito para si mesmo que era um sonho ele um dia virar contador responsável por Custos e Obras” (EMECHETA, 2019, p.228). Sidiki (2018) explica que ao analisar este personagem, é possível identificar que ele foi programado inconscientemente e interpelado pela ideologia racista do país.

Ainda, é evidente o racismo enraizado na vida da personagem. Em um dos confrontos entre Adah e Francis, ele informa que eles são cidadãos de segunda classe por serem negros e que devem aceitar isso. Como supracitado, o psicológico de pessoas negras é afetado quando exposto constantemente a situações que os marginalizam e inferiorizam. Assim, Sidiki (2018) relata que a atitude inglesa de desprezar pessoas negras mostra que estas são indesejadas na sociedade. Isto é demonstrado quando Francis relata que os ingleses amam seus cães “tanto que preferem que os cachorros estraçalhem um negro a deixar o negro matar o cachorro” (EMECHETA, 2019, p.186).

Ademais, existe mais um caso explícito de racismo e imposição à subalternidade que é apresentado no texto. Este trata da história do Sr. Noble. Para ele, como para muitos outros imigrantes nigerianos, “o sonho de se tornar um aristocrata se transformava na realidade de ser um negro, um João-ninguém, um cidadão de segunda classe” (EMECHETA, 2019, p.120). Isto é, Sr. Noble fez parte do grupo de jovens homens que foram à Inglaterra para estudar e

poder governar a Nigéria após a independência do país. Contudo, ele também fez parte do grupo que fracassou em sua jornada. E tal qual Francis, Sr. Noble aceitou sua posição de subalternidade na sociedade inglesa. Em certo momento, no local do trabalho que havia assumido para permanecer no país, seus então colegas de trabalho pediram que ele abaixasse suas calças pois queriam “verificar se os africanos tinham ou não tinham cauda, porque era isso que lhes contavam durante a guerra” (EMECHETA, 2019, p.122), pedido ao qual atendeu. Talvez um pouco diferente da situação de Francis que, apesar de se contentar com a sua posição de segunda classe, manteve seu status de estudante, Sr. Noble desistiu a aceitou a persona de negro estereotipado dada a ele.

Dessa forma, é perceptível ao decorrer do romance que a relação do casal é permeada pelo racismo e pela subalternidade a eles, e a outros, relegadas. Contudo, este acaba não sendo o único aspecto influenciado pelas condições de vida deles. A vida dos filhos deles é também influenciada, pois Francis proíbe sua filha mais velha de falar em ioruba, fazendo com que a criança cresça sem se comunicar propriamente:

Então a pobrezinha da Titi retrucou em iorubá: “Não fale comigo desse jeito. Meu pai vai me dar uma surra de cinto se eu falar iorubá. E não inglês direito. Não fale comigo”. [...] Era esse o resultado da Nigéria ter sido governada durante tanto tempo pelos ingleses. A inteligência da pessoa era avaliada pela forma como ela falava inglês. Mas não importava nem um pouco se os ingleses eram ou não capazes de falar as línguas dos povos que governavam.” (EMECHETA, 2019, p.78)

É notório que é por meio da língua falada que as pessoas expressam suas percepções e visões de mundo. Ao privar alguém de se comunicar por meio dos mecanismos que possui, a pessoa é privada também de comunicar o mínimo necessário. Francis, o pai de Titi, impossibilita que sua filha consiga viver plenamente na sociedade ao proibi-la de utilizar o ioruba, o que acaba sendo apenas reflexo do processo pelo qual o próprio Francis e os nigerianos em geral passaram. Parte do processo colonialista é a imposição da língua do colonizador, como explica Goke-Pariola (1993):

O inglês foi a principal ferramenta na imposição do domínio colonial na Nigéria. Uma das maneiras pelas quais o inglês serviu a esse propósito foi pela própria posição que ocupou como língua do colonizador. [...] A relação entre os povos do país [...] e o pequeno número de britânicos no campo político se refletiu no campo linguístico. Os britânicos tinham um tremendo poder político em virtude de dominarem a vida do país. Consequentemente, seu idioma, o inglês, foi automaticamente considerado superior a todos os outros do país. Falar essa língua em si era poder. Tenha em mente que o administrador colonial normalmente só falava com a população local com a ajuda de um intérprete. Nessa situação, o fato

de a língua escolhida ser também incompreensível aumenta seu poder simbólico. No processo, o poder do nativo que entendia a língua do homem branco aumentou dramaticamente: ele se tornou um homem que os outros admiravam. (Goke-Pariola, 1993, p. 223)¹⁵

Desta forma, Francis coloca Titi na posição de colonizada em que ela já se encontrava anteriormente, assim reafirmando a posição que sua filha deveria ter dentro da sociedade inglesa. Portanto, é nítido que a língua é utilizada como ferramenta de poder. Goke-Pariola (1993) explica que esta permite que o colonizador adquira e mantenha o domínio sobre o Outro. Portanto, como a narradora explicita, quando o colonizador não se interessa em aprender a língua do colonizado, ele o subjuga e coloca em uma posição inferior a ele, pois ele já domina o idioma utilizado nas transações políticas. O que Francis faz com Titi é uma clara demonstração da posição de subalternidade à qual ele foi imposto e a qual ele tenta passar para seus filhos.

Por fim, vale frisar que apesar de Adah se conformar em parte com a condição à qual ela foi submetida, ela nunca deixou de concentrar-se nas razões que a levaram a Inglaterra, independentemente de quais fossem os problemas enfrentados. Mesmo sendo exposta constantemente ao racismo, a narradora afirma que a personagem “era diferente. Seus filhos seriam diferentes. Todos seriam negros, gostariam de ser negros, sentiriam orgulho de ser negros” (EMECHETA, 2019, p.204). Desta forma, negando a subalternidade a ela imposta. Tendo isto em vista, no subcapítulo subsequente são discutidas as relações de gênero na obra.

2.2.2 A subalternização do Outro pelo gênero

No início do romance, é visível que a sociedade na qual Adah nasceu é uma sociedade patriarcal que dá pouco ou nenhum valor para as suas mulheres, como supracitado neste trabalho. Contudo, mesmo com a sua ida para a Inglaterra, a cultura de inferiorização da mulher nigeriana a persegue. Ainda nos primeiros momentos de Adah no novo país, em uma conversa com o marido, ela já percebe toda a hostilidade dele em relação a ela, pois o tom de

15 Tradução minha do original: English was a principal tool in the imposition of colonial rule on Nigeria. One of the ways in which English served this purpose was by the very position it occupied as the language of the colonizer. [...] The relationship between the peoples of the country later known as Nigeria and the small number of British people in the political field became reflected in the linguistic field. The British had tremendous political power by virtue of dominating the life of the country. Consequently, their language, English, was automatically considered superior to all others in the country. To speak that language in itself was power. Bear in mind that the colonial administrator normally would only speak to the local population with the aid of an interpreter. In that situation, the fact that the chosen tongue is also incomprehensible adds to its symbolic power. In the process, the local person who understood the White man's language increased his own power dramatically: he became a man before whom others stood in awe.

voz do marido sugeria muito mais do que ele dizia: “Adah se calou ao ouvir a irritação na voz de Francis. Uma irritação que parecia declarar: ‘os machos africanos têm o direito de vir para a Inglaterra para ficar civilizados, só que esse privilégio ainda não foi concedido às fêmeas’.” (EMECHETA, 2019, p.55)

É fato que as mulheres africanas não tinham direito a educação adequada, como supracitado no subcapítulo “Na colônia”. Portanto, a personagem perceber este mesmo posicionamento por parte do marido não é incomum, é apenas a demonstração dos valores herdados da cultura igbo. Outro ponto que demonstra a falta de oportunidades que as mulheres africanas têm é quando a narradora relata as dúvidas sentidas pela personagem em relação ao seu casamento com Francis logo após a sua chegada:

Mas ela precisava de um lar. E as autoridades da imigração estavam dificultando tremendamente a ida de garotas solteiras para a Inglaterra. Ir para a Inglaterra só era possível caso a garota estivesse indo ao encontro do marido que já estivesse lá. Era muito ruim; na verdade era triste. Mas, mesmo que ela não tivesse mais nada a agradecer a Francis, ainda deveria ser grata por ele possibilitar sua viagem para a Inglaterra. (EMECHETA, 2019, p.59)

Neste trecho infere-se que, sem a presença de um marido, seria inviável para Adah imigrar para a Inglaterra, como anteriormente na Nigéria seria inviável para ela arranjar uma moradia. Assim, vemos por duas vias que as oportunidades dadas as mulheres em ambos os países acabam sendo ínfimas. Emecheta, em sua palestra “Feminist with a Small ‘f’”, fala exatamente sobre isso:

Deveriam ter mais escolhas para as mulheres, certamente as mulheres que desejam ser como Geraldine Ferraro deveriam ser permitidas. Nós precisamos de mais do tipo dela, especialmente entre as mulheres negras. Nós precisamos de mais Golda Meirs, nós precisamos de mais Indira Gandhis, nós precisamos até de mais Margaret Tatchers¹⁶. (EMECHETA, 1986)

Para que estas mulheres tenham mais oportunidades, elas não podem ser privadas de irem aonde gostariam de ir ou morarem onde gostariam de morar. Elas precisam ser livres das imposições sociais a elas relegadas e precisam ter mais oportunidades. Também, é por buscar esta liberdade para ela e para sua filha — e futuras filhas — que Adah se sacrifica em um casamento ruim para ela, pois ela necessita até então daquele marido para alcançar todos os

16 Tradução minha do original: “there should be more choices for women, certainly women who wish to be like Geraldine Ferraro should be allowed to be so. We need more of her type, especially among the black women. We need more Golda Meirs, we need more Indira Gandhis, we even need more Margaret Thatchers”.

seus objetivos. E mesmo tendo em mente seus objetivos, por muito tempo a personagem ainda é permeada por questões culturais do seu país. Para os nigerianos uma filha é “só uma menina, um ser humano de segunda classe” (EMECHETA, 2019, p.229) e uma esposa “é só uma mulher” (EMECHETA, 2019, p.134). Por muito tempo, este foi também o pensamento de Adah, que achava que seu filho era mais importante que sua filha, pois esta era “só uma menina” (EMECHETA, 2019, p.92). Porém, a personagem vai desenvolvendo ao longo do livro cada vez mais sua percepção do ser mulher na Nigéria e na Inglaterra, e busca cada vez mais seus direitos. Até mesmo seu marido indiferente percebe as mudanças, o qual passa a “olhar ela com novos olhos” (EMECHETA, 2019, p.94), pois

Alguém dissera a ele que o maior erro que um africano podia cometer era levar uma garota com instrução para Londres e permitir que ela andasse com mulheres inglesas de classe média. Em pouco tempo elas tomavam conhecimento de seus direitos. Em casa, as mulheres nunca protestavam, e Adah já havia dito que não se incomodava, mas, ao perceber a intensidade de sua fúria, ele achou que ela se incomodava, sim. Nenhum homem gosta de ter sua liberdade cerceada, especialmente por uma mulher, pela própria mulher. (EMECHETA, 2019, p.94)

De fato, Adah passou por este processo, principalmente ao parar de refletir o estereótipo de que sua filha era “só uma menina”. É importante analisar que Adah já percebia sobre si mesma, desde muito cedo, as expectativas de seu povo sobre o ser mulher, porém este processo demora a ocorrer quando se trata das filhas dela. Isto só vai acontecer muito tempo depois da chegada de Adah a Londres e apenas depois de ela perceber como as mulheres inglesas eram tratadas por seus maridos na enfermaria do hospital universitário — ela fica internada neste local quando dá à luz Bubu, seu terceiro filho. A construção deste pensamento da personagem é um processo que envolve a análise das relações dela na Nigéria e na Inglaterra, principalmente a percepção dela em relação ao casamento com seu marido. Como já mencionado, Adah já inicia seu casamento de forma não convencional, pois o marido e a família não pagam o dote requerido pela família da personagem, e este é um ponto que deixa Adah até mesmo feliz. Ainda, ela não pretende que suas filhas sigam a tradição dos casamentos arranjados baseados em dotes. Ela fala sobre isto em uma de suas discussões com Francis: “minhas filhas... Deus que me ajude, ninguém vai pagar nenhum dote por elas. Elas vão se casar por amar e respeitar seus homens, não por estarem atrás da melhor oferta ou por ter necessidade de um lar” (EMECHETA, 2019, p. 175). Para Adah, ao final do livro, o mais importante é a segurança e felicidade de seus filhos.

Neste ponto, percebe-se que a maternidade acaba sendo um dos pontos principais dentro do romance, e está diretamente ligado ao ser mulher. Isto parte sobretudo da relação que a heroína desenvolve com seu marido. Para Francis, e muitos outros homens, a esposa era nada mais do que “algo que ele possuía e nenhuma doença, nenhum deus poderia tirá-la dele” (EMECHETA, 2019, p.171). Por isso, Adah deveria fazer apenas aquilo que ele, seu dono, desejava. A personagem não poderia ter a vida que bem entendesse, pois, segundo os missionários que educaram Adah ainda na Nigéria por meio da Bíblia “a mulher deve estar disposta a ceder ao seu homem em todas as coisas” (EMECHETA, 2019, p.41). Esta mulher virtuosa, segundo Francis, deveria acordar “com o primeiro canto do galo” (EMECHETA, 2019, p.144) e por isso Adah deveria sair para trabalhar passando mal. Ela deveria se relegar ao marido, pois ele

possuía mais costelas que ela, porque Deus Jeová tomara uma das dele e a quebrara em sete pedacinhos para com elas fazer a caixa torácica de Adah. Essa era a razão pela qual em inglês ela era chamada de *wo-man*, porque ela fora construída a partir das costelas de um homem, um *man*, como ele próprio. Fazia algum sentido quando ele estava falando, já que *woman* era uma palavra que podia ser considerada uma palavra composta, *wo* e *man*. (EMECHETA, 2019, p.145)

Ademais, são diversos os momentos na história em que corroboram que Francis “trocava de religião para se adequar aos próprios caprichos” (EMECHETA, 2019, p.164). Neste trecho supracitado há a tentativa de submissão pela língua, que também foi a forma que Francis encontrou para subjugar Adah por meio dos filhos. A personagem foi impedida pelo marido e pelo governo inglês de ter acesso ao controle de natalidade e ao planejamento familiar. Quando o marido percebeu “que se fornecesse a Adah os meios para praticar o controle da natalidade ela ficaria livre da servidão de ter filhos, Francis virara católico” (EMECHETA, 2019, p.164). Já em relação ao governo, ainda na década de 60 na Inglaterra, a mulher não poderia iniciar nenhum tratamento contraceptivo sem a autorização do marido. Quando a personagem tenta se informar, ela descobre que Francis precisaria assinar o formulário também e fica inconformada, como demonstra a narradora: “Por que era preciso misturar o marido numa questão como aquela? Será que a mulher não podia ter a oportunidade de exercer sua própria vontade?” (EMECHETA, 2019, p. 206). A decisão deveria ser dela e apenas dela, porém naquela época as mulheres sofriam com violências mais visíveis.

Desta forma são duas as questões que se sobressaem nesta situação. A primeira, a questão da assinatura do formulário, quando a personagem chega a pensar em falsificar a assinatura do marido: “Passou por sua cabeça que era só ela mesma assinar por ele. Mas isso seria falsificação. Imaginou-se num tribunal, com o juiz determinando que ela passasse sete anos na cadeia por falsificar a assinatura do marido” (EMECHETA, 2019, p. 206-207). São muitas as implicações que este trecho traz para a discussão aqui apresentada, pois a qual ponto a personagem teve de chegar para poder ter o mínimo de liberdade e se livras dos grilhões que a prendem? Ela acaba falsificando a assinatura, e os eventos que se sucedem acabam sendo ainda mais alarmantes. Tão logo começa o processo de achar o método mais adequado, Adah começa a pensar nas possíveis consequência de seus atos. O que mais a assombra é a reação da família:

Não tinham como ver o quadro que Adah estava vendo. Era a imagem de sua sogra ao ficar sabendo que ela, sem o conhecimento do marido, tratara de se equipar com uma coisa que lhe permitiria dormir com quem quisesse sem ter outros filhos. Conhecendo a psicologia de sua gente, estava segura de que era assim que o assunto seria interpretado. Morreria de vergonha. O nome de seus filhos também ficaria manchado. (EMECHETA, 2019, p.209)

Independente de qual seja o real motivo pelo qual Adah gostaria de utilizar algum método contraceptivo, a sua sociedade e família vai a julgar como uma meretriz e desconsiderar qualquer outro ato que ela tenha feito — como sustentar a família estendida e o marido por muito tempo. Percebe-se que a mulher tanto na Nigéria quanto na Inglaterra não tem voz para ser escutada, isto lhe foi tirado desde o momento que descobriram ser ela uma mulher. Ela não tem direito nem sobre o próprio corpo, pois ao tentar fazer algo por si é mal compreendida e ameaçada. Contudo, as ameaças não são apenas no espectro reputação, mas também físico. Por fim, quando Francis descobre que Adah está utilizando um diafragma, ele primeiramente inicia uma discussão falando que

ela, uma mulher casada, casada em nome de Deus e casada em nome de Oboshi, a deusa de Ibuza, viajava para Londres e em um ano ficava suficientemente espertinha para arrumar um diafragma sem o conhecimento dele, uma coisa que ele, Francis, tinha certeza de que fora inventada para o uso de prostitutas e mulheres solteiras? Adah se dava conta da gravidade do que havia feito? Aquilo significava que ela poderia receber outros homens pelas costas dele, por que como ele ia saber que ela não ia fazer exatamente isso se era capaz de arrumar aquela coisa sem o conhecimento dele? (EMECHETA, 2019, p.211-212)

Por fim, a espancou, deixando-a atordoada de dor e com a boca sangrando. Este foi o ponto final da relação afetiva que Adah tinha com o marido. Aqui a narradora fala que o casamento deles “chegou ao fim quando Francis chamou os Noble e os outros moradores” (EMECHETA, 2019, p.211-212). Novamente, Adah estava sozinha, pois “Francis deixou claro para ela que ia escrever aos pais”, e assim “os laços de amizade que existiam entre Adah e a família dele” foram cortados (EMECHETA, 2019, p.211-212).

Após ter o quarto filho, uma menina chamada May, a heroína decide voltar a trabalhar, e neste ponto, novamente, Francis tenta controlá-la. Ele alegou que “ela não poderia fazer isso porque era esposa dele. Ele tinha o direito de não permitir que ela saísse para trabalhar” (EMECHETA, 2019, p. 233), outra vez na posição de homem dominante que acredita ser proprietário da esposa. Felizmente, Adah já “sabia que ela mesma estava mudando” (EMECHETA, 2019, p. 239) e que ela se encontrava na Inglaterra, não na Nigéria, e por isso não precisava da assinatura dele para conseguir um emprego (EMECHETA, 2019, p. 233). Aqui nota-se que a personagem, após tantos momentos de inviabilização e abusos, já consegue mostrar que possui voz e ele não pode subjugar-la.

Deste ponto em diante a história se encaminha para seu final, onde Adah, cansada de ser apenas a mulher que trabalha e aceita os caprichos do marido, passa a ser a mulher que cuida de sustentar seus filhos e alcançar seus sonhos. Ela percebe que não precisa se apagar e deixar-se de lado, ainda compreende que fará o que for preciso para equilibrar suas ambições e sua família. Assim, quando Adah finalmente termina o primeiro manuscrito de o “Dote de Noiva”, ela tenta por um momento compartilhar sua alegria com o marido, mas ele logo em seguida a agride duplamente: ele queima o texto e ainda verbaliza que a família nunca ficaria feliz se ele deixasse uma mulher dele escrever um livro como aquele (EMECHETA, 2019, p. 246). Ele destrói a estória, mas também tenta destruir os sonhos e espírito de Adah, tenta subjugar-la e colocá-la de volta ao local que ele acredita que ela mereça. Francis diz que

que ela nunca seria escritora porque era negra e porque era mulher era como matar seu espírito. Adah se sentia oca. E agora, o que mais poderia fazer? Para ela ficou óbvio que Francis seria incapaz de tolerar uma mulher inteligente. Culpou-se outra vez. Eles não deveriam ter vindo para a Inglaterra, porque assim ela agora não teria sentido aquela necessidade de escrever; seu casamento ficaria a salvo, pelo menos durante algum tempo, porque ela sabia que em algum momento no futuro haveria de escrever. (EMECHETA, 2019, p. 243)

Finalmente, a imagem social que determinava que esta mulher negra, forte, trabalhadora, que sustentou a família por anos, precisava de um marido para poder sobreviver em sociedade é estilhaçada. Neste ato final do casamento, Adah se separa do marido. Todavia, Francis ainda dispõe de seus últimos atos de violência contra ela. Novamente, o primeiro em forma da agressão física e verbal, onde ele tenta trazê-la de volta por meio do discurso onde afirma que “Em nosso país, e entre nossa gente, divórcio e separação não existem. Uma vez esposa de um homem, você será esposa desse homem até morrer. Não tem escapatória. Está amarrada a ele” (EMECHETA, 2019, p. 248). Ao que Adah revida, informando que ele já havia quebrado todas as regras de seu povo antes ao agredi-la e ao não prover sustento à própria família. Novamente, a personagem se põe diante dele, ciente do seu lugar na tentativa de usar a sua voz.

Por último, a agressão final vem por meio do que hoje conhecemos como *gaslighting*, ou manipulação. Tal termo se refere a situações onde o agressor manipula a vítima psicologicamente e faz com que ela questione a própria inteligência, memória ou sanidade. Quando a personagem busca assistência social por meio da lei, Francis ainda consegue reverter a situação no último segundo ao fazer o juiz acreditar que ela havia caído da escada e por isso estava machucada, além de afirmar

que os dois nunca haviam sido casados. Em seguida perguntou a Adah se ela podia apresentar a certidão de casamento deles. Adah não podia. Não tinha nem como apresentar seu passaporte ou as certidões de nascimento das crianças. Francis queimara tudo. Para ele, Adah e as crianças haviam deixado de existir. Francis deu essa informação a Adah em voz baixa, no tribunal, na língua deles. (EMECHETA, 2019, p.250)

Neste ponto, percebemos que novamente a sociedade inglesa falha ao dar suporte para mulheres desamparadas, pois apesar de o juiz condenar Francis a pagar pensão aos filhos, o tribunal também permite que ele sugira que as crianças sejam postas para a adoção, pois como referenciado anteriormente, as crianças não existiam mais para ele. Vale complementar relatando a falta de participação paterna por parte de Francis durante todo o romance. Ele nunca quis saber dos filhos, eles sempre foram os “filhos ‘dela’, e não ‘deles’” (EMECHETA, 2019, p.68). Assim, o abandono paterno, para a personagem e para os leitores, não acaba sendo novidade. Em seu último ato de amor pelos filhos na história, Adah abandona o tribunal decidindo nunca mais ver aquele homem. Este é o último ato de imposição da personagem, a última atitude para se libertar dos grilhões que a prendiam a ele.

Segundo Spivak, a subalternidade funciona em camadas, e são as mulheres negras (em especial, de outras etnias não brancas) que ficam abaixo de todas as outras camadas. Estas sofrem com a opressão, como vemos na história de Adah, duplamente: por serem negras e por serem mulheres, independentemente de onde residam. As violências impostas às mulheres podem vir em diversas formas: por agressões verbais, físicas, pela impossibilidade de uma vida digna ou de que elas exerçam a profissão que desejarem, seja ela de escritora, mãe, de ambas, ou outra. Dentro deste romance, percebemos a necessidade de discutir e trazer de volta as vozes que foram roubadas destas mulheres. Adah percorre um longo e árduo caminho até estar livre, mas enfim consegue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o presente trabalho teve como principal preocupação apresentar uma análise do romance *Cidadã de Segunda Classe* [Second Class Citizen] da escritora nigeriana Buchi Emecheta por meio da perspectiva pós-colonial, principalmente fazendo uso da teoria de Spivak em *Pode o Subalterno Falar?* [Can the Subaltern Speak?]. Tal análise se ateve às percepções da personagem principal com base no que foi narrado. Ainda, foram levadas em consideração algumas questões relacionadas ao feminismo africano, sobretudo em razão de o livro tratar de muitas questões relacionadas a gênero. Isto posto, não seria coerente analisar do ponto de vista do feminismo branco questões relacionadas a mulheres negras.

Fazendo uma ligação entre o aporte teórico de Spivak e o romance analisado, fica evidente que a temática da obra trata sobre a opressão que o Outro subalternizado sofre por parte do Sujeito colonizador. Boa parte da discussão é dedicada à posição na qual a mulher negra, em especial, é posta. Mesmo que todos os colonizados tenham sido subalternizados, a opressão ocorre em camadas e a mulher acaba ficando na parte mais extrema. Desta forma, ocorre um duplo silenciamento da figura feminina, por parte do patriarcado e por parte do Sujeito ocidental. É por meio de romances como o de Emecheta que conseguimos perceber as dificuldades que essa parte da população acaba enfrentando. Por isso, a análise realizada neste trabalho buscou compreender o processo pelo qual o indivíduo feminino passa a se conhecer e se expressar através da literatura.

À vista disso, foi possível perceber no texto as diversas questões levantadas ao longo da narrativa, que podem ser divididas em dois locais ou por duas categorias. Em outras palavras, a análise aqui feita levou em consideração a divisão por locais, onde primeiro percebe-se como a personagem se porta e existe dentro da sua própria comunidade, que é a sociedade colonizada da Nigéria; e, posteriormente, como isso ocorre na Inglaterra. Contudo, ao longo da leitura, pode-se notar que a divisão entre subalternização pode ser ainda realizada por meio da perspectiva do gênero e da raça, visto que apesar de a maior parte do romance se passar na Inglaterra, as opressões sofridas pela protagonista, em relação ao gênero, acabam sendo provenientes de personagens de seu próprio povo, não de um representante colonizador.

Dessarte, as questões que acabam em evidência se relacionam à opressão de gênero sofrida pela personagem. Isto posto, é por meio da relação de Adah com seus semelhantes que a violência de gênero se torna evidente no romance. A despeito de a teoria de Spivak pôr em foco a relação entre Sujeito ocidental e Outro colonizado, é interessante examinar como a

denúncia feita na narrativa envolve questões culturais da Nigéria e da Inglaterra, que são legitimadas pelo governo inglês. Ou seja, a dupla subalternização sofrida pela protagonista devido ao seu gênero acaba sendo realizada por meio da cultura nigeriana e da lei inglesa, a ponto de, no final do romance, Adah terminar sem amparo legal no litígio contra seu marido. Para mais, vê-se também no romance a discriminação por parte do Sujeito em relação ao Outro unicamente devido a cor de pele. É por meio da discriminação racista representada no livro que a divisão inscrita na sociedade inglesa se torna evidente.

Em suma, o romance *Cidadã de Segunda Classe* pode ser compreendido como um meio de um Outro subalternizado levantar sua voz e reivindicar a escuta dos Sujeitos. A personagem principal se mostra uma mulher forte e consciente em relação às imposições sociais nigerianas e inglesas, e — apesar dos acontecimentos de sua vida — não se torna resignada aos papéis aos quais é relegada. Spivak aponta que o subalterno não pode falar, porém este romance demonstra como a literatura pode ser utilizada de forma positiva, quando escrita por aqueles que se encontram em um local de fala adequado, como ferramenta de interlocução entre o Sujeito e o Outro autor. Porém, como último adendo, vale salientar que a literatura por si só não tem o poder de legitimar a voz do subalterno, é preciso que os textos sejam estudados, lembrados e repassados para que o que foi escrito tenha seu papel social executado. A voz pode ser escutada, mas não deve ser esquecida ou ignorada e, como a própria Spivak diz, é dever “das pesquisadoras” tomarem este papel para si. (SPIVAK, 2010)

Por fim, o texto ainda apresenta diversas outras camadas que merecem atenção aprofundada, como, por exemplo, o tratamento de questões relacionadas ao uso da língua/linguagem no romance, ao relacionamento entre a protagonista e o marido, ou à relação entre maternidade e subalternidade. Não foi possível desenvolver essas questões no escopo deste trabalho de conclusão de curso, portanto ficam em aberto para análises posteriores.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “Freedom to write.” Palestra proferida no programa de televisão *Arthur Miller Freedom to Write* em 2015.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AINA, Olabisi I. “Woman, culture and society”. In: SESAY, Amadu. ODEBIYI, Adetanwa. *Nigerian woman in society and development*. Nigeria: Dokun Publishing House, 1998.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. “Apresentando Spivak.” Prefácio. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora a dUFMG, 2010.
- ASHCROFT, Bill. GRIFFITHS, Gareth. TIFFIN, Helen (Orgs.) *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. Oxfordshire: Taylor & Francis Group e-Library, 2004.
- BAZARA, Alphonse. *Biography of Buchi Emecheta*. South Africa History Online: 2017. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/archive/biography-buchi-emecheta-alphonse-baraza>
- BONNICI, T. *Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais*. Mimesis, Bauru, v.19, n.1, p.07-23, 1998
- BUCHI Emecheta: Nigerian autor and sociologist. *Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Buchi-Emecheta> Acesso em 21 jan 2022.
- BUSBY, Margaret. “Buchi Emecheta obituary”. *The Guardian*, 3 de fev. de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2017/feb/03/buchi-emecheta-obituary>
- CAIN, Mead. KHANAM, Syeda Rokeya. NAHAR, Shamsun. “Class, Patriarchy, and Women's Work in Bangladesh”. *Population Council*, v.5, n.3, pp. 405-438, 1979.
- CHAUDHUTY, Ajit K. “New wave social science”. *Frontier*, p.16-24, 1984.
- CLIMA: Nigéria. Cimate-Data. Disponível em: <https://pt.climate-data.org>. Acesso em 21 jan 2022.
- DIAS, Rebecca Reseck Wanderley. “O pensamento de Gayatri Chakravorty Spivak: o lastro material da performatividade do *tropo*”. Anãnsi, Salvador, v.2, n.1, p.90-112, 2021.
- EMECHETA, Buchi. “A Nigerian writer living London”. *Kunapipi*, 4(1), p.114-123, 1982 Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/kunapipi/vol4/iss1/11>. Acesso em 19 jan 2022. 1982.
- EMECHETA, Buchi. *Cidadã de segunda classe*. Tradução Heloísa Jahn. Porto Alegre, São Paulo: Dublinense, 2019.

EMECHETA, Buchi. *Feminism with a small "f!"*. Criticism and Ideology: Second African Writers' Conference, Stockholm: Nordic Africa Institute, 1986, p. 173-85.

EMECHETA, Buchi. *In the ditch*. Londres: Barrie & Jenkins. 1972.

EMECHETA, Buchi. "That first novel." *Kunapipi*, 3(2), p.115-23, 1981. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/kunapipi/vol3/iss2/12>. Acesso em 20 jan 2022. 1981.

GOKE-PARIOLA, Abiodun. "Language and symbolic power: Bourdieu and the legacy of Euro-America in an African society". *Language & Communication*, 13(3), p.219-34, 1993.

HARRIS, Hermione. "Book review: Second class citizen". *Race and Class* 16(4), p. 433-35. 1975. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030639687501600411> Acesso em: 22 jan 2022.

PRONO, Luco. "Buchi Emecheta". *British Council Literature*, 2013. Disponível em: <https://literature.britishcouncil.org/writer/buchi-emecheta>. Acesso em 20 jan 2022.

NWAOHUOCHA, Abigail Ony. "Why single Nigerian women battle to rent homes". BBC, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-45169688>. Acesso em 12 abr 2022.

OWOEYE, O.K. "Rotimi's drama and the gender issues." In: SMITH, Charles. CE, Chin. *Female Subjectivities in African Literature*. Nigeria: Handel Books, 2015. p. 50-69.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificado, 2017.

SIDIKI, Coulibaly Aboubacar; ABOUBACRINE, Maiga Abida. "Racial and gender implications in African female literature: an Afrocentric feminist reading of Emecheta's Second class citizen." *International Journal of English Literature and Social Sciences* 3(6), p.966-73. 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.22161/ijels.3.6.7> Acesso em 20 jan 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WILSON, Jean. *Representations of female experience in the novels of post-colonial West African writers: Flora Nwapa, Buchi Emecheta and Mariama Ba*. Master of Arts (Hons.) thesis, Department of English, University of Wollongong, 1997.

APÊNDICE

Como forma de incentivar a leitura de mais romances de escritoras africanas que podem ser analisados como no presente trabalho, segue aqui uma lista de livros que têm potencial para serem do interesse daqueles que desejem se aprofundar nesta área.

1. *As Alegrias da Maternidade*, Buchi Emecheta;
2. *Preço de Noiva*, Buchi Emecheta;
3. *Americanah*, Chimamanda Ngozi Adichie;
4. *Hibisco Roxo*, Chimamanda Ngozi Adichie;
5. *Niketche: Uma História de Poligamia*, Pauline Chiziane;
6. *Sem Gentileza*, Futhi Ntshingila;
7. *Fique Comigo*, Ayòbámi Adébáyò;
8. *Tudo de Bom Pode Acontecer*, Sefi Atta.

Apesar de a lista não ser extensa, todos esses livros merecem destaque por seu valor cultural e simbólico, e trazem outras perspectivas que não a daqueles que colonizaram e subjugarão pessoas africanas.